

DURIUS E LEÇA: DOIS PERCURSOS DE UM MESMO ITINERÁRIO – PROBLEMÁTICAS EM TORNO DAS ÂNFORAS HALTERN 70

Rui Moraes¹

RESUMO:

O estudo das ânforas recolhidas numa escavação da cidade do Porto (Aljube) e do povoado do Monte Castelo (Castro de Guifões), em Matosinhos, permite-nos tecer algumas considerações sobre dois importantes núcleos costeiros do Noroeste Peninsular.

De linha de fronteira no processo de conquista, estes núcleos, situados nas margens dos rios Douro e Leça, passaram, em época romana, a adquirir um estatuto privilegiado no contexto da navegação atlântica e no transporte e redistribuição de produtos a nível regional e local. Neste âmbito, o estudo das ânforas revelou-se muito interessante: o primeiro, por corresponder a um aterro com materiais datados da mudança da Era; o segundo, por provirem de um povoado com uma longa diacronia de ocupação ao longo de todo o período imperial. Em comum têm o facto de possuírem uma das maiores quantidades de ânforas Haltern 70 até à data documentadas em locais de consumo.

Ao longo deste estudo iremos sugerir a possibilidade de ter existido em época romana um **sistema de mercado híbrido**, relacionado com a comercialização das ânforas Haltern 70 e baseado numa estreita relação das variáveis custos de transporte/ etnicidade das populações.

Palavras-chave: ânforas; Haltern 70; sistema de mercado híbrido.

ABSTRACT:

The study of the amphorae found in an excavation in the city of Porto (Aljube) and in the hill fort of Monte Castelo (Castro de Guifões), in Matosinhos, allows us to make some observations on two important coastal nuclei in the Peninsular Northwest.

In Roman times these nuclei, situated in the banks of the Douro and Leça Rivers, acquired a privileged status in the context of the Atlantic navigation and in the transport and redistribution of goods at a local and regional level. In this perspective, the study of the amphorae proved to be very interesting because the ones found in Aljube matched a landfill of material dated from the change of the Era while the ones found in Monte Castelo came from a settlement with a long diachronic occupation throughout all the Imperial period. Moreover, they have an interesting fact in common: they hold one of the largest quantities of Haltern 70 amphorae documented so far in places on consumption.

¹ Professor auxiliar com Agregação, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador do CECH (Unidade I&D-CECH da FCT).

Throughout this study we will put forward the possibility that a **hybrid system of market** might have existed in Roman times. This system would have been related to the trade of Haltern 70 amphorae and would have been based on a close relationship between the variables costs of transportation/ ethnicity of the populations.

Keywords: amphorae; Haltern 70; hybrid system of market.

EXISTIU UMA VERDADEIRA “VOCAÇÃO ATLÂNTICA” DOS PRIMEIROS IMPERADORES?

O estudo das ânforas recolhidas no Aljube e no povoado do Monte Castelo é revelador da importância comercial de dois grandes núcleos populacionais de época romana a norte do Douro, que funcionaram como enclaves marítimos de receção, consumo e centros de redistribuição de produtos à escala regional.

A análise comparativa destes núcleos com outros igualmente importantes situados ao longo da fachada atlântica (Morais e Carreras Monfort, 2004, p. 93-112; Morais, 2007, p. 99-132) sugere-nos que os primeiros imperadores dedicaram especial atenção à circulação no atlântico.

Para isso contribuíram as prévias campanhas realizadas pelos generais romanos em época republicana, ocorridas a partir do último terço do século II a. C. que, com o apoio especial da cidade de Cádiz e das suas elites, foram gradualmente controlando a rota atlântica e obtido o necessário apoio em recursos materiais e logísticos (Morais, 2007, p. 99-132).

Ainda decorrente do processo de conquista e ocupação do território, realce-se a ação de Júlio César, em particular no contexto da sua aliança com os gaditanos (com destaque para L. Cornélio Balbo), o que lhe permitiu chegar à cidade de *Brigantium* e levou à rendição das populações indígenas do Noroeste, favorecendo as futuras comunicações marítimas no eixo Norte-Sul do império e, a médio prazo, um permanente contacto com a província da Bética.

É, no entanto, com Augusto que a fachada atlântica passa a estar integrada num comércio de larga escala, fruto da intensificação do tráfego marítimo e da paulatina “romanização” dos territórios provinciais. Nesse momento, o noroeste e a costa atlântica sofreram um forte impulso económico resultante da exploração das suas riquezas mineiras que começaram a ser exploradas imediatamente após o fim das guerras cantábricas e do incremento do fluxo comercial com a exploração de outro tipo de produtos. O próprio Calígula não deixou de atender aos interesses particulares dos comerciantes romanos, tendo sido, inclusivamente, responsável por mandar construir um farol em *Gesoriacum* para ajudar a navegação comercial; o grande momento fica, no entanto, a dever-se a Cláudio que dá um grande incentivo ao comércio, para além de conquistar a *Britannia* e se proclamar vencedor do Oceano!

Ainda que possamos considerar artificial a questão da “vocalização atlântica” dos primeiros imperadores, no contexto de uma análise mais complexa da “romanização” da península, sabemos que os romanos tinham uma perceção das cidades situadas no litoral em contraposição às cidades do interior. Tal perceção está, por exemplo, implícita na obra de Plínio o Antigo que, baseado nas informações recolhidas em Varrão, refere que “para lá do Tejo, as mais notáveis cidades da costa são Olisipo, célebre pelas éguas que concebem do favónio, Salácia, cognominada *Urbs Imperatoria*, Meróbriga e, entre os promontórios Sacro e Cúneo, os ópidos de Ossonoba, Balsa e Mirtilis (trad. Guerra, 1995, p. 35).

Esta noção está igualmente presente numa fonte mais tardia, datada do século VII, por nós conhecida como a *Cosmografia* do Anónimo de Ravena (ou Revenate). Ainda que não se trate de uma fonte datada do período romano, sabemos que esta obra se baseou em fontes mais antigas. Tendo em consideração este aspeto, não deixa de ser curiosa a numeração de oito conjuntos de urbes espalhadas pelas oito divisões político-territoriais em que estava dividida a *Hispania*, dife-

renciando-se aí dois blocos: o primeiro relativo às cidades situadas no litoral, agrupando-as ao longo da fachada costeira dos dois mares, o Atlântico (Oceano) e o Mediterrâneo (Grande Mar Gálico Baleário), e as localidades nos sítios interiores, aglutinadas à volta de determinados epicentros viários e frequentemente coincidentes com as *mansiones* já conhecidas no Itinerário de Antonino.

Mas talvez a questão não deva ser assim apresentada se pensarmos que estamos a lidar com realidades distintas e muito complexas (ainda que por vezes complementares). Por um lado, temos a continuidade de cidades costeiras fundadas antes da chegada dos romanos que teriam facilitado a logística associada ao processo de conquista e posterior ocupação do território, verdadeiros entrepostos para o comércio interprovincial e regional. Por outro lado, temos a criação de cidades interiores, como *Augusta Emerita*, *Caesaraugusta* e Clunia, diretamente associadas à conquista de posições estratégicas no interior da península e situadas junto à confluência de caminhos seculares. A criação de cidades interiores deveria obedecer a uma série de requisitos previamente estabelecidos que incluíam a criação de outros centros menores mas imprescindíveis para completar o tecido administrativo. No meio destas duas realidades temos ainda outros núcleos urbanos situados em posições aparentemente interiores mas que beneficiaram de “circuitos secundários de distribuição, efetuados a partir de pontos de receção nas áreas costeiras ou alcançáveis por cursos de água navegáveis” (Fabião, 1998, p. 176), como é o caso de *Bracara Augusta* e *Aeminium*.

A existência de uma relação de simbiose e de complementaridade entre estas diferentes situações permite-nos questionar se verdadeiramente existiu uma “vocação atlântica” dos primeiros imperadores. Mas o que não pode ser negado é que a importância estratégica dos núcleos costeiros teria certamente condicionado a política dos imperadores, não apenas pelo controle administrativo dos territórios mas também pelas vantagens económicas das vias aquáticas relativamente aos transportes terrestres. Esta realidade, mais do que dependente de uma visão “atlantista” dos imperadores, teria condicionado as políticas e as visões por estes adotadas.

DURIUS: DE LINHA DE FRONTEIRA A IMPORTANTE ANCORADOURO

A tomada de *Cale*, resultante da expedição de M. Perpenna em 74 a. C. e, mais tarde, a expedição de César que, segundo Dion Cássio, não se contentou em alcançar a linha do Douro, mas, perseguindo os que tinham fugido, entrou no território Galaico, indicam-nos que este rio era considerado nessa época uma linha de fronteira. A mesma indicação é-nos dada pelas fontes epigráficas, nomeadamente pelo “Bronze de Bembibre”. O documento redigido meio século mais tarde, no ano 15 a. C., apenas terminadas as guerras contra Cântabros e Astures, menciona uma *provincia Transduriana* que, independentemente do seu significado, considerava o Douro como um limite.

Com a bacia hidrográfica mais extensa de todos os rios peninsulares, o Douro (*Durius*) era navegável por grandes navios (Estr. III, 3, 4) em cerca de oitocentos estádios (correspondentes a cerca de 25 léguas, pouco menos de 150 Km), encontrando-se o primeiro ponto fixo de navegação na cidade indígena de Acontia, “... *pertencente aos Vaqueus*”, segundo as palavras de Estrabão (III, 2, 3). Este limite corresponde a Barca d’Alva, situada na atual fronteira entre Portugal e Espanha. O restante percurso era realizado a partir de barcas movidas a remo, ajudadas por velas (Apiano, Ibér. 91). Na sua desembocadura situavam-se dois grandes núcleos populacionais, o enclave marítimo de *Portus Cale* (atual cidade de Vila Nova de Gaia), na margem meridional, e o núcleo urbano de *Cale* (atual cidade do Porto), na margem setentrional, no morro da Sé do Porto ou da Penaventosa².

² Provavelmente, Porto era *Cale* e Gaia, *Portus Cale*; só na época suévica se terá chamado *Portus Cale* ao Porto.

O achado de estelas funerárias recolhidas em ambas as margens do Douro levaram Alain Tranoy (1995) a sublinhar o papel de comunicação e convergência desempenhado por este rio. A corroborar esta posição temos um achado encontrado fora de contexto pelo Gabinete de Arqueologia Urbana da Câmara Municipal do Porto. Trata-se de uma ara em granito encontrada num dos alicerces de um templo proto românico aquando da intervenção arqueológica realizada em 1987 no Castelo de S. João da Foz. Esta estela, de leitura problemática dado o profundo desgaste do campo epigráfico, teria sido dedicada às divindades aquáticas (*Aquis Magaudiis*), estando o seu carácter votivo documentado pela fórmula final, *L(ibens) V(otum) S(olvit)* (Osório, Silva, 1994, p. 91; Silva, 2000, p. 102-103). Contámos ainda com vestígios arqueológicos na margem setentrional pertencentes a uma ocupação pré-romana e romana encontrados na rua de D. Hugo (nº5), no Largo do Colégio (nº 9-12), na rua da Penaventosa (nº 45 e 39), na rua de S. Sebastião, na Casa Museu Guerra Junqueiro e ainda vestígios de ocupação exclusivamente romanos encontrados na Casa do Infante (Real, *et al.*, 1985-86; Silva, 2000, p. 99). No entanto, de todas as intervenções até à data realizadas (Silva, 2000, p. 138), são de especial relevância as escavações efetuadas no edifício do antigo Aljube, um edifício criado nos meados do século XVIII, em 1749, situado na rua de S. Sebastião (Carvalho, Guimarães, Barroca, 1996, p. 199-203). As escavações realizadas no antigo edifício do Aljube do Porto, a cargo de Joel Cleto, revelaram tratar-se de potentes aterros realizados aquando da construção deste edifício nos quais abundam distintos materiais romanos, com especial destaque para as cerâmicas importadas, representadas, entre outras, por paredes finas oriundas da Etrúria, *terra sigillata* de tipo itálica e diferentes tipos de ânforas, datáveis da mudança da Era.

O MONTE CASTÊLO (“CASTRO DE GUIFÕES”) NA FOZ DO RIO LEÇA

Na Costa junto à foz do rio Leça³ situava-se um dos mais importantes ancoradouros do Noroeste peninsular, graças à existência de escolhos exteriores que funcionavam como um quebra-mar natural. Estes escolhos, atualmente conhecidos como os Leixões da foz do Leça, fazem atualmente parte de um porto oceânico, depois de afeiçoada a sua costa marítima. A característica deste local, com a configuração natural de abrigo, juntamente com os Cavalos de Fão, em Esposende e a Ínsua de Caminha, foi já devidamente realçada em 1943 num trabalho realizado por J. O. Boléo e, mais recentemente, por M^a Luísa Blot (2003, p. 48 e 61). Citando Daveau (1995), esta última autora (Blot, 2003, p. 113) refere a sua importância, destacando a transferência das principais funções portuárias para Leixões, em detrimento do porto fluvial no Douro, pelo facto deste último apresentar um estuário de dimensões inferiores, de possuir uma barra incerta e um porto fluvial inseguro em situação de cheias, contrário às exigências da modernidade. Destes dados se infere afinal que o porto ideal estava já delineado nas pedras conhecidas por “leixões”, que funcionavam, como referimos, como abrigo natural ao largo da pequena foz do Leça. Sem necessariamente ter existido um local de atracadouro, as maiores embarcações deviam arribar a Leixões para esperarem a entrada na caprichosa barra do Douro. As embarcações mais pequenas podiam ainda descarregar diretamente no areal, na margem sul.

De acordo com a transcrição de uma obra datada de 1666 e publicada por Guilherme Felgueiras em 1958 na Monografia de Matosinhos (Felgueiras, 1958, p. 751), sabemos que o rio Leça era navegável pelo menos até à antiga ponte de Guifões, nas proximidades do povoado com o respetivo nome: *“Navegavase nos tempos antepassados da sua fóz até a Ponte de Guifões,*

³ Contrariando a historiografia tradicional, Amílcar Guerra (1996, p.147-61) propôs a identificação deste rio com o célebre *Léthes* referido nas fontes literárias. Se aceitarmos esta localização teríamos que situar a passagem de D. Júnio Bruto com as suas tropas junto à foz deste rio.

*que nos fica mais assim: mas como esta passagem devassava o nosso recolhimento, a prohibi-
raõ os Reis. Ficou depois impedida com o assude das azenhas, que se fizeraõ abaixo, cujas con-
dições, que nos importavão muito, nunca forão bem guardadas. Saõ agora do Colegio da
sagrada Companhia de Jesu no Porto, com o qual fizemos este concerto; que avendo de meter
pera serviço dellas na sua caldeira barco, andarã nelle hu Padre, qué nos vigie, & defenda a clau-
sura: mas nem elle se ha mister pera isso, nem convém que os Padres a essa conta padeçaõ
tanto trabalho”.*

Aí fica situado o maior dos três povoados do curso deste rio, conhecido pelo nome de Monte Castelo ou Castro de Guifões. Está posicionado na margem esquerda do curso fluvial do Leça, muito próximo de uma zona que antes da construção do Porto de Leixões era ainda de estuário. Segundo Joel Cleto e Manuel Varela (2000, p. 142-43) esta localização privilegiada facilitou, desde cedo, a sua actividade comercial, sendo o principal entreposto em direção a outros importantes povoados na bacia do rio e, inclusivamente, “lugar central” de outros pequenos aglomerados existentes nas proximidades.

AS ÂNFORAS DO ALJUBE

No total de ânforas⁴ até à data recolhidas nas escavações da cidade do Porto destacam-se as ânforas do Aljube. Da análise macroscópica à lupa binocular constatamos que, com exceção de dois fragmentos de bordo enquadráveis no tipo Dressel 1 A de produção campana, nº A 1 (0,2%) e Dressel 7-11 de produção mauritana (nº A 49), (0,2%), a meia centena de ânforas recolhidas no Aljube são de produção peninsular.

Como se pode constatar no quadro e histograma I, predominam as produções béticas, com 336 exemplares (73,5%)⁵, relativamente às produções lusitanas, com 120 exemplares (26,3%).

As produções béticas, com exceção dum fragmento de tipo Dressel 7-11 de produção mauritana que incluímos no âmbito do círculo gaditano, e nove fragmentos de fabrico gaditano – um exemplar do tipo Dressel 10 C, nº A 50 (0,2%) e oito do tipo Dressel 7 A, nº A 51-54 (1,8%) são oriundas do Guadalquivir.

Saliente-se no entanto que, do conjunto das 326 ânforas atribuíveis ao Guadalquivir, 300 (65,6%) estão exclusivamente representadas pela forma Haltern 70 (Morais, Carreras Monfort, 2004, p. 93-112). As restantes repartem-se por vinte ânforas de fundo plano do tipo *urceus* (4,4%), quatro do tipo Dressel 20 “precoce” (0,9%) e duas, muito fragmentadas, provavelmente dos tipos Lomba do Canho 67 (0,2%) e Dressel 7 (0,2%).

As ânforas Haltern 70 recolhidas no Aljube integram-se numa série monótona muito frequente na transição da Era, que se caracteriza por possuir um colo alto e estreito que termina num bordo ligeiramente esvasado, cuja junção com a parede externa forma um ângulo nítido, nº A 2-3 (Puig, 2004, p. 28-31, figs. 26a e 28a). Como é habitual neste tipo de ânforas, não podiam deixar de estar presentes os característicos bicos fundeiros com grafitos realizados *ante cocturam*, classificáveis em três grupos: numerais (nº A 6-7), siglas ou letras nº A 8-12, e de tipo indeterminado nº A 13-14 (Rovira, Marimon, 2004, p. 70-73). A análise detalhada destes materiais permitiu ainda recolher um fragmento de parede com um *titulus* grafado a vermelho nº A15, provavelmente pertencente a uma inscrição secundária (Aguilera Martín, 2004, p. 59). De especial interesse, para além de um número reduzido de opérculos de diferentes tamanhos afeiçãoados a partir de fragmentos de parede deste tipo de ânforas, nº A 16-22, é a presença de 185 opérculos de pasta fina calcária característica dos fabricos gaditanos, com diâmetros que variam entre 70 e

⁴ Na quantificação, a metodologia adoptada considera os bordos, fundos e asas, inteiros ou fragmentados, a partir dos quais se calcula o número mínimo de indivíduos (N.M.I.), de acordo com o *Protocole de quantification des céramiques* (1998).

⁵ Aqui incluímos o fragmento Dressel 7-11 de produção mauritana.

90 mm, cuja presença apenas se justifica se os encarmos como tampas de ânforas Haltern 70, nº A 23-32. A ser verdade, estamos perante uma questão particularmente interessante: a da possibilidade de algumas Haltern 70 transportarem produtos gaditanos, num contexto de uma certa autonomia de determinados centros oleiros, cuja actividade manufatureira independente os levaria a beneficiar do escoamento dos seus produtos para as costas da Andaluzia.

Uma das novidades do conjunto de ânforas recolhidas no Aljube corresponde à identificação de ânforas de fundo plano, de tipo *urceus*, cuja proveniência bética coloca uma questão muito interessante: a da existência de contentores com morfologias idênticas a ânforas vinárias gálicas e da sua comercialização não só a nível local mas também a longa distância, nº A 33-44 (Morais, 20007:401-415). Estas ânforas, já identificadas noutros locais da península (Morais, 2007, p. 401-415), possuem uma pasta calcária idêntica à dos almofarizes e algumas cerâmicas comuns da bética identificadas no atual território português (Pinto, Morais, 2007, p. 235-254) e encontram fortes afinidades com o fabrico descrito por E. Garcia Vargas para as ânforas Dressel 28 e Dressel 20 recolhidas num centro produtor de Hispalis, documentado nos pátios interiores do antigo “Hospital de las Cinco Llagas” (García Vargas, 2000, p. 247-48). A exceção corresponde a um fragmento de fundo de pasta creme/acastanhada, característico das produções do alto e médio Guadalquivir (nº A 45). No entanto, como devidamente fizemos salientar (Morais, 2007, p. 401-415), as afinidades com as produções gálicas e a presença de resina, nalguns exemplares, leva-nos a pensar que se trata de contentores vinários. Estes estavam muito possivelmente destinados a fazer escoar os produtos vínicos referidos nas fontes, como se atesta nas referências de Estrabão (III, 2, 6) e Columela (Praef. I, 20). A presença deste tipo de ânforas, junto com outros materiais enquadráveis na mudança da Era, encontra, por outro lado, paralelos noutros locais já identificados na Península, com particular destaque para o conjunto recolhido no Castelo da Lousa, Concelho de Mourão, Évora (Morais, 2007, p. 401-415).

As restantes produções béticas oriundas do Guadalquivir estão representadas por ânforas ovoides tardo-republicanas que perduram até à mudança da Era. Como referimos, estas estão representadas por dois bordos muito fragmentados, respetivamente enquadráveis nos tipos Lomba do Canho 67 e Dressel 7 (não ilustrados), e quatro bordos de ânforas oleícolas Dressel 20 “preoces”⁶, nº A 46-48, que possuem um característico bordo amendoado, iguais a alguns exemplares documentados no atual território português (Fabião, 1989; 1998), na Catalunha (Berni Millet, 1997, p. 28, Fig. 4; 170, Fig. 19) e na Bética (García Vargas, 1998, p. 385, Fig. 67, nº 1).

As produções lusitanas estão, como referimos, representadas por 120 exemplares (26,3%). Trata-se uma produção precoce de ânforas na Lusitânia que possui fortes afinidades com ânforas de morfologia bética, em particular ânforas de tipo ovoide, nº A 55-59 e nº A 60-66. A identificação no atual território português e na Galiza de diversos contextos arqueológicos de cronologia tardo-republicana ou augustana com ânforas deste tipo permitiu corroborar a cronologia precoce destas produções e redimensionar a sua importância no contexto das produções lusitanas (Morais, 2004, p. 36-40). Na verdade, dada a quantidade, dispersão e diversidade de formas até à data identificadas, não tem sentido evocá-las como representativas de um qualquer período experimental (ou de tentativas incipientes), mas antes o resultado de uma verdadeira fase inicial de produção (Morais, Fabião, 2007, p. 127-133). Apesar do estado de fragmentação, a comparação com outros materiais recolhidos no atual território português e Galiza, permite sugerir a existência de diferentes tipos, não restando dúvidas acerca da produção de ânforas ovoides e de outras formas análogas às ânforas Dressel 7, nº A 67-71, e Haltern 70, nº A 72-76 (*id. ibidem*), com um fabrico caracteristicamente lusitano, afim às produções do Sado-montante⁷ e integradas na Forma 12 da tipologia

⁶ Nomenclatura utilizada por A. Desbat e S. Lemaître para as ânforas oleárias importadas em Lyon (2000, p. 793-815). Noutros autores são igualmente conhecidas por Dressel 25, Oberaden 83, Dressel 20 A; Haltern 71, Classe 24 e Tipo A.

⁷ A pasta apresenta abundantes inclusões de quartzos arredondados idêntica às produções registadas nas ânforas do vale do Sado (ver Mayet, Schmitt, Silva, 1996, p. 163)

de Dias Diogo. Dos 120 exemplares referidos, cerca de metade possuem fabricos e formas conhecidos nas produções do Morraçal da Ajuda, em Peniche (Cardoso, Rodrigues, 2005, p. 87)⁸. Como se pode ver pelos desenhos, estão mais uma vez presentes as formas ovoides, nº A 87-88, e as formas afins aos tipos Dressel 7, nº A 89-90, e Haltern 70, nº A 91-92.

A acompanhar estas produções, constam ainda numerosos opérculos (cerca de uma centena), com diâmetros compatíveis com as formas referidas, e alguns fragmentos de fundo (que encontram correspondência formal com as formas identificadas), com fabricos comuns às produções lusitanas, nº A 77-86, e de Peniche, nº A 94-108. De entre estes destaquem-se dois fragmentos de fundo grafitados com as letras S, nº A 83 e R, nº A 106, o último dos quais com um fabrico atribuível às produções de Peniche.

A identificação de mais de meia centena de exemplares afins às produções documentadas no Morraçal da Ajuda, parece vir confirmar a suspeita de que este centro produtor teria iniciado a sua laboração, pelo menos, a partir da mudança da Era (*id. ibidem*). A quantidade de exemplares recolhidos no Aljube permite pensar que este centro fabricava não só para consumo local mas também à escala regional ou mesmo interprovincial. Ao conjunto de ânforas atribuídas a este centro, recolhidas no Aljube, acrescenta-se ainda um fragmento da parede superior de uma bilha, nºA 93, certamente comercializada no mesmo âmbito.

AS ÂNFORAS DE MONTE CASTÊLO (CASTRO DE GUIFÕES)

De entre os materiais recolhidos nas várias campanhas de escavação realizadas por Joaquim Neves dos Santos, nas décadas de 50 e 60 do século passado, e mais recentemente, em intervenções realizadas entre 1993 e 1998, pelo Gabinete Municipal de Arqueologia e História da Câmara de Matosinhos sob a responsabilidade de Joel Cleto e Manuel Varela, cabe destacar as ânforas, não só pela quantidade, mas também pela sua diversidade.

Dada a longa diacronia de ocupação deste povoado, estão aí representadas ânforas datáveis de todo o período imperial. Como pode constatar no quadro e histograma II, das 291 ânforas documentadas apenas duas são de produção itálica, sendo as restantes exclusivamente de produção peninsular.

À parte de alguns fragmentos indetermináveis de parede, as ânforas itálicas estão representadas por dois fragmentos de produção campana: um colo e bordo com início de arranque de asa atribuível ao tipo Dressel 1 A, nº B 1 (0,3%), e um fragmento de asa bífido do tipo Dressel 2-4, nº B 2 (0,3%).

As produções peninsulares estão maioritariamente representadas por ânforas béticas, com 257 exemplares (total, 88,3%), seguidas das produções lusitanas com 26 exemplares (total, 8,9%). Em menor número figuram as produções regionais e locais: as primeiras, com 5 exemplares (1,7%), com formas e fabricos afins às produções de San Martiño de Bueu⁹ (Pontevedra); as segundas representadas pela parte superior de um exemplar de fundo plano (0,3%).

Como seria de prever, predominam as ânforas béticas Haltern 70, com 244 exemplares (80,8%), uma das maiores concentrações deste tipo de ânforas no Império romano (Morais, Carreras, 2004, p. 93-112). Contrariamente às ânforas Haltern 70 do Aljube, exclusivamente representadas por variantes datáveis da mudança da Era, no Monte Castêlo registam-se diferentes variantes desta forma, maioritariamente distribuídas pelas variantes da mudança da Era, nº B 3-4,

⁸ O fragmento do Aljube tem uma pasta de cor vermelha de tons arroxeados (Munsell 2.5 YR 5/4 e 5/8) e, à semelhança das ânforas atribuídas a um período inicial deste centro produtor (Cardoso, Rodrigues, 2005, p. 87), possui um espesso engobe esbranquiçado na parede externa.

⁹ Neste centro produtor, datável a partir do século II, foram identificados fornos de planta circular irregular e câmara de combustão central, uma fábrica de salgas (com um conjunto de seis tanques de salga) e parte das edificações anexas (armazéns e oficinas). Agradecemos estas informações a Frutuoso Díaz Garcia que amavelmente colocou à nossa disposição esta informação.

e variantes de cronologia júlio-claudiana, nº B 5-6. Ainda que em menor proporção do que no Aljube do Porto, no Monte Castêlo registam-se ainda fragmentos de fundos com grafitos (nº B 7) e opérculos afeiçoados a partir da parede de ânforas deste tipo, nº B 8.

À parte das ânforas Haltern 70, as restantes produções béticas possuem fabricos característicos do Guadalquivir e zona costeira. As ânforas produzidas no Guadalquivir estão representadas por 3 exemplares vinários de tipo *urceus*, nº B 9-10 (1%) (*supra*), 6 exemplares oleícolas do tipo Dressel 20 (2,1%), datáveis da 1ª metade do século I, nº B 11-13, à 1ª metade do século III, nº B 14, e um exemplar para o qual não encontramos paralelo, nº B 15 (0,3%). As ânforas fabricadas na zona costeira, com pastas de grão fino comuns às produções da região gaditana, correspondem a 12 exemplares piscícolas. Destes, 10 são ânforas datáveis da mudança da Era a inícios do período imperial e encontram-se repartidas por 1 fragmento do tipo Maña C2b (Tipo 7.4.3.3. de Juan Ramón), nº B 16 (0,3%), 2 fragmentos do tipo Dressel 7 C, nº B 17-18 (0,7%), e 7 fragmentos genericamente integráveis no tipo Dressel 7-11 (2,4%), nº B 19-21, possivelmente do tipo Dressel 8, nº B 19, e Dressel 9, nº B 20 (entre outros, García Vargas, 1998, p. 77-87; p. 164-167; p. 353, Fig. 35). Do Baixo-império apenas se recolhem fragmentos de asas provavelmente pertencentes a duas ânforas do tipo “Almagro 50” / Keay XVI (1,7%) (não ilustradas).

À semelhança das produções béticas, as ânforas lusitanas, com 26 exemplares (8,9%), estão presentes com produções alto e baixo imperiais. Mais uma vez predominam as produções alto imperiais. Com exceção de 1 fragmento de bordo integrável nas produções precoces da Lusitânia, afim à forma Dressel 7, nº B 22 (0,3%), e 4 exemplares tardios atribuíveis à forma Almagro 51 C, nº B 27 (1,4%), os restantes fragmentos, correspondentes a 21 exemplares, pertencem à forma Dressel 14 (7,2%), nas suas diferentes variantes, nº B 23-26. A estes acrescenta-se, ainda, 1 fragmento de opérculo que – pelas características do depósito, da pasta e do diâmetro – nos fazem crer que possa ter pertencido a uma ânfora do tipo Dressel 14, nº B 28.

Um dos mais importantes contributos das ânforas recolhidas no povoado de Monte Castêlo corresponde às referidas ânforas baixo imperiais de produção regional, afins a formas fabricadas no forno galego de San Martiño de Bueu (Pontevedra). A sua produção regional, inequivocamente demonstrada por estudos arqueométricos e pela identificação daquele centro produtor (Morais, 2005; Morais, 2007, p. 401-415), é extremamente interessante na medida em que pela primeira vez se documenta uma produção de ânforas a norte do Douro e permite corroborar a presença, cada vez mais consistente, de importantes vestígios de fabricos de salga na *Hispania Citerior* (Cleto, 1995-96, p. 38; Beltrán, 2000a, p. 457, Fig. 2). Estas ânforas, previamente designadas por Forma Regional II (Morais, 2005; Morais, 2007, p. 401-415), parecem-nos diretamente inspiradas na variante C da forma “Almagro 50” / Keay XVI bética. Para além de 5 exemplares recolhidos no povoado do Monte Castêlo, nº B 29-33, estas ânforas têm vindo a ser documentadas em diferentes sítios do Noroeste peninsular (Porto; Tongóbriga; Castro de Santa Tecla, Castro de Vigo, Paxón, Monte Castro, Pontevedra), com destaque para um exemplar de perfil completo (fragmentado em parte da metade superior), nº B 35, recolhido no mar por pescadores de La Guarda em frente a Matosinhos e atualmente em exposição no Museu de Santa Tecla, La Guarda, Pontevedra (Díaz Alvarez, 1984, p. 63-64; Morais, 2005; Morais, 2007, p. 401-415).

Um interessante complemento à importação de ânforas neste povoado, está representado pela presença de uma ânfora de fundo plano integrável nas produções locais registadas no atual Norte de Portugal (Braga, Mózinho e *Tongobriga*) (Morais, 2005; Morais, 2007, p. 401-415). Trata-se da parte superior de um exemplar, integrável no Módulo II deste tipo de ânforas, datáveis a partir do período médio imperial, nº B 34. Como oportunamente fizemos realçar, a presença de ânforas de fundo plano é importante na medida em que pressupõe, ainda que indiretamente, a produção de vinho na região e, talvez, a generalização do seu uso ligado a redes locais e regionais de distribuição no seio de uma nova sociedade provincial, já plenamente “romanizada”.

UM SISTEMA DE MERCADO HÍBRIDO SUGERIDO NA COMERCIALIZAÇÃO DAS ÂNFORAS HALTERN 70

Como resulta da análise do mapa de cálculo de densidades das ânforas Haltern 70 no Império romano (programa IDRISI 4.1¹⁰), constata-se uma forte concentração destas ânforas na fachada atlântica e, em particular, no Noroeste Peninsular (Morais e Carreras Monfort, 2004, p. 111). Do elevado número de sítios referidos destacam-se aqueles retratados no nosso itinerário I e II: a cidade do Porto e Monte Castelo. O primeiro, como vimos, com uma particular concentração de ânforas recolhidas nas escavações do Aljube, possui a maior densidade de ânforas Haltern 70 até à data registada no império romano, com cerca de 364.697 cg/m²; o segundo, com cerca de 129.737 cg/m², figura em terceiro lugar, apenas suplantado pelo sítio bético de Celti (Peñaflor), cuja densidade elevada faz pensar tratar-se de um centro de produção (Morais e Carreras Monfort, 2004, p. 110-112 e nota 117).

Naquele estudo, sugerimos ter existido uma grande coerência entre aquelas densidades com as boas comunicações marítimas e fluviais, seguindo os itinerários que se dirigiam às explorações auríferas do Noroeste e os acontecimentos militares e, como tal, preferencialmente destinadas ao abastecimento dos exércitos nas primeiras décadas do período imperial (Morais e Carreras Monfort, 2004, p. 112).

Podemos ainda pensar no pressuposto de um sistema de abastecimento direcionado e a baixo custo na comercialização das ânforas Haltern 70, de acordo com o princípio da maximização de uma economia de mercado (Dicken, Lloyd, 1990, p. 181-184, apud. Carreras Monfort, 1999, p. 94), apenas comparável ao sistema anonário das ânforas Dressel 20. A explicação plausível para esta situação pode estar relacionada com a existência de um **sistema de mercado híbrido**, numa estreita relação das variáveis custos de transporte/etnicidade das populações autóctones¹¹. Um argumento a favor deste sistema é-nos sugerido pelos nomes recolhidos nos *tituli picti* e em marcas de ânforas Haltern 70 e Dressel 20. Referimo-nos aos *tituli* com nomes de *Q(uinti) VRITTI REVOCATI* e *M. VALERI EVPHEMI* (Colls et al, 1977; Manacorda, 1977, p. 131, Fig. 1 (CIL IV, 9611); Beltrán-Lloris, 2000^a, p. 324; p. 331, nota 86) e às marcas *CFVFAVITTI*, presentes em ambos os tipos (Carreras Monfort, 2001, p. 425-442). Tal facto parece indicar, ainda que indiretamente, uma estreita relação entre as modalidades de produção destas ânforas e as características da produção agrícola e sua comercialização. Ou seja, à semelhança das ânforas Dressel 20, a produção de ânforas Haltern 70 teria obedecido a um claro projeto de exportação e implicado a criação de uma forma padronizada, produzida em grandes quantidades e em diferentes regiões da Bética, especialmente no vale do Guadalquivir.

A relação de complementaridade das ânforas Haltern 70 com as ânforas Dressel 20, parece, no entanto, estar presente mesmo antes da instituição do sistema anonário. Na verdade, é extremamente sugestiva a observação de C. Carreras Monfort (2004, p. 118), quando a propósito da forte concentração das ânforas Haltern 70 em Xanten no período de Augusto, refere que estas vão sendo gradualmente substituídas pelo aparecimento das primeiras ânforas oleárias do tipo Dressel 20 “arcaicas”.

Nestas circunstâncias parece-nos de aceitar que, pelo menos a partir de Augusto, se criaram as condições necessárias para a manutenção de um sistema de abastecimento híbrido, a cargo de particulares, a par de um verdadeiro sistema anonário de cariz estatal que se iniciava com a comercialização das ânforas Dressel 20.

Os responsáveis pelo escoamento e comercialização dos produtos oleários béticos, que

¹⁰ Cálculo quantitativo das densidades de ânforas divididas por extensão da área escavada. Para uma discussão sobre a idoneidade deste método consultar Carreras Monfort (2000a, p. 45-62).

¹¹ Sobre a questão do consumo de vinho e seus derivados nas populações do Noroeste peninsular veja-se, Morais e Carreras Monfort, 2003, p. 104-106.

agora beneficiavam de um sistema de abastecimento aos exércitos e à cidade de Roma, criaram certamente condições para a manutenção de um sistema híbrido de abastecimento, mantendo a exportação de outro tipo de produtos (piscícolas, vinários e seus derivados) integrado ou não no regime estatal (como, por exemplo, parece constatarem outro tipo de ânforas béticas que têm vindo a ser recolhidas no *Testaccio*), (Carreras Monfort, 1999, p. 91-98)¹².

Na verdade, como se comprova pelos inúmeros vestígios recuperados em meio aquático e em escavações terrestres, continuavam a chegar às províncias grandes quantidades de produtos béticos¹³. A situação apenas se altera quanto ao abastecimento das ânforas Dressel 20 ao longo da fachada atlântica e, em particular, no noroeste peninsular, que, não sendo inexpressivas (Fabião, 1993-94, p. 219-245), não atingem o volume documentado noutras paragens.

Esta questão, dada como insolúvel até à data (Morais, 2005), pode ter uma explicação simples, exclusivamente relacionada com o sistema de abastecimento anónimo: a rota atlântica – certamente intensificada com a conquista da *Britannia* e estrategicamente utilizada no abastecimento dos exércitos e das populações –, parece ter sido menos frequentada no que respeita ao abastecimento de azeite bético. Não se trata, naturalmente, de desvalorizar a importância desta rota, mas de apenas tentar perceber o porquê da presença proporcionalmente pouco significativa destas ânforas nesta região, quando comparada com as outras regiões beneficiárias das rotas tradicionais de abastecimento da *annona*. Um estudo realizado por C. Carreras Monfort (2001, p. 425-442), a propósito da distribuição das marcas *C. SEMPRONI POLYCLITI e III ENNIORVM IVLIORVM*, vem corroborar a opinião de que o aprovisionamento de azeite bético às legiões e à cidade de Roma estava estruturado com uma série de rotas previamente definidas, com destaque para as rotas de distribuição tradicionais que seguiam o eixo Reno-Ródano e o istmo gaulês e em direção a Roma, o maior mercado de consumo da antiguidade.

Como tivemos oportunidade de sugerir no contexto das ânforas Haltern 70 do Aljube, poderemos igualmente pressupor que neste sistema de mercado híbrido, teria exigido uma complementaridade entre alguns centros oleiros do Guadalquivir e determinadas zonas produtoras da costa andaluza que recorriam a contentores vazios do Guadalquivir para fazer escoar os seus produtos. Dito de outro modo – e a ser verdade – estaríamos perante uma questão particularmente interessante, a da possibilidade de algumas Haltern 70 transportarem produtos gaditanos, num contexto de uma certa autonomia de determinados centros oleiros, cuja actividade manufactureira independente os levaria a beneficiar do escoamento dos seus produtos para as costas da Andaluzia. Esta possibilidade ganha alguma consistência se pensarmos que estamos perante um contentor atípico, usado para o transporte de uma diversidade de produtos da Bética, tal como nos documentam os *tituli picti* que mencionam os produtos derivados do vinho (*defrutum, sapa*), de produtos oleícolas (*olivae*) e de salgas (*muria*) (Aguilera, 2004, p. 119-120; Carreras Monfort, 2003, p. 117). A corroborar estes conteúdos temos ainda a presença em ânforas Haltern 70 de restos de resina no interior (Colls et al., 1977; Chic García, 1980; Juan-Treserras, Carlos Matamala, p. 2003, p. 165-166; Morais, 2004, p. 545-565), restos de grainhas de uva (Chic García, 1980; Juan-Treserras, Carlos Matamala, p. 2004, p. 165-166), restos de caroços de azeitonas (Liou, Domergue, 1990, p. 29, Nieto et al., 1989; Liou, 2000, p. 1063) – complementados pelas recentes análises de fotalitos num exemplar deste tipo (Juan Tresseres, 1998, p. 88) –, e restos de ictiofauna (Fitzpatrick, 1989).

Estes dados bastam para demonstrar que as ânforas Haltern 70 eram usadas para o transporte de uma diversidade de produtos, entre os quais, produtos marinhos, como por exemplo a

¹² O conhecimento das ânforas mais antigas do *Testaccio* ainda está por realizar dado que ainda não se escavaram níveis do século I nem dos inícios do século II (Carreras Monfort, 2001, p. 425). É, no entanto, possível que nestes extratos venham a ser documentadas ânforas béticas ou de outras proveniências, à semelhança de outros registos coetâneos conhecidos no império romano.

¹³ A vitalidade deste comércio está também documentada em todo o percurso costeiro da fachada atlântica, com particular destaque para a manutenção da importação de grandes quantidades de Haltern 70 até ao período flávio (Morais e Carreras Monfort, 2004, p. 93-112; Morais, 2004, p. 545-565; Morais, 2005).

muria, uma solução salina utilizada na preparação de molhos e salgas de peixe, resultante da fermentação das vísceras e guelras de atum, misturadas com o sangue e outros líquidos provenientes do mesmo peixe. A proximidade de uma das regiões produtoras de ânforas Haltern 70, a região das Marismas situada no Baixo Guadalquivir – uma região onde existia uma importante laguna com uma economia diversificada, conhecida por *Lacus Lagustinus* (Carreras Monfort, 2000b, p. 419-426) –, da região gaditana é, por si só, sugestiva da possibilidade de algumas Haltern 70 terem sido utilizadas para o transporte de produtos diversificados, alguns dos quais possivelmente de origem gaditana. Assim se explicaria a presença destacada dos opérculos de fabrico gadatino recolhidos no Aljube do Porto apenas quantitativamente justificáveis pela presença igualmente destacada das ânforas Haltern 70. Assim se explicaria, igualmente, a produção de ânforas Haltern 70 na baía de Cádiz em Puente Melchor (García Vargas, e Lavado Florido, 1995; Lagóstena Barrios, 1996; García Vargas, 1998) e na baía de Algeciras em Venta del Carmen (Bernal Casasola e Lorenzo Martínez, 1998a; 1998b; 2000) e, como vimos, a sua imitação precoce em centros de produção lusitanos associados à produção de preparados piscícolas (Morais e Fabião, 2007, p. 127-133). Na verdade, será mais fácil pensar que estas produções imitaram um tipo de contentor que se sabia transportar uma diversidade de produtos, cujo tipo era bem conhecido nos mercados de distribuição e consumo, em particular na fachada atlântica peninsular.

BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise que acabamos de realizar sobre as ânforas do Aljube e do Monte Castelo, vem mais uma vez demonstrar a importância da rota atlântica no abastecimento e nos contactos regulares por via marítima, em particular com a província Bética. A presença de outros materiais, desde cerâmicas finas de origem itálica a cerâmicas comuns oriundas da bética, são, por si só, fortes indicadores da plena integração desta região no Império romano e dos contactos comerciais regulares com o Sul da Península Ibérica e o mundo mediterrâneo.

Menos evidentes são, no entanto, as diferentes questões e propostas aqui apresentadas. Mais do que tentativas para resolver problemáticas, servem para abrir novos caminhos e discussões que esperamos despertem a vontade para o estudo das ânforas, ainda por realizar na maior parte das estações arqueológicas do atual território português. Pretendemos ainda dar um contributo para o estudo das ânforas que têm vindo a ser documentadas em diversas estações a Norte do Douro.

NOTA FINAL

Este texto data de 2008 mas por razões alheias ao autor nunca chegou a ser publicado. Salvo algumas pontuais correções apenas nos limitamos a adequá-lo às normas do novo acordo ortográfico. Entre outros dados a atualizar constam aqueles relativos às chamadas ânforas de tipo *urceus* que encontram paralelos em formas completas provenientes do naufrágio augustano de Sud-Perduto 2 (Cabo Bonifácio) e já possuem resultados analíticos que revelam uma proveniência bética e um conteúdo vínico, tal como se tinha sugerido¹⁴.

¹⁴ Morais, R. (2013: 313-315). Um naufrágio bético, datado da época de Augusto, em Rio de Moinhos (Esposende, Norte de Portugal). In *O Irado Mar Atlântico. O Naufrágio bético augustano de Esposende (Norte de Portugal)*.

CATALOGO

ALJUBE

- A1 · Dressel 1 C. Origem: Itálica (Campânia). Diâmetro: 16,2 cm. Nº 13426.
- A2 · Haltern 70. Origem: Bética (Guadalquivir). Diâmetro: 15,5 cm. Nº 13609.
- A3 · Id. Diâmetro: 16 cm. Nº 13608.
- A4 · Id. Nº 25257.
- A5 · Id. Nº 17394
- A6 · Id. Grafito: numeral (I). Nº 8329.
- A7 · Id. Grafito: numeral (X). Nº 8326.
- A8 · Id. Grafito: sigla ou letra (A?). Nº 16104.
- A9 · Id. Grafito: sigla ou letra (D). Nº 16103.
- A10 · Id. Grafito: sigla ou letra (M). Nº 25252.
- A11 · Id. Grafito: sigla ou letra (N). Nº 25255.
- A12 · Id. Grafito: sigla ou letra (S). Nº 16407.
- A13 · Id. Grafito: indeterminado. Nº 8328.
- A14 · Id. Grafito: indeterminado. Nº 22002.
- A15 · Id. Titulo picti: indeterminado. Nº 23679.
- A16 · Id. Diâmetro: 10,2 cm. Nº 17478.
- A17 · Id. Diâmetro: 9,8 cm. Nº 18731.
- A18 · Id. Diâmetro: 8,6 cm. Nº 23791.
- A19 · Id. Diâmetro: 7,8 cm. Nº 23832.
- A20 · Id. Diâmetro: 8 cm. Nº 11086.
- A21 · Id. Diâmetro: 4,8 cm. Nº 4701.
- A22 · Id. Diâmetro: 5,4 cm. Nº 18303.
- A23 · Haltern 70?. Origem: Bética (Cádis). Diâmetro: 8,2 cm Nº 18137.
- A24 · Id. Diâmetro: 8,3 cm. Nº 18138.
- A25 · Id. Diâmetro: 8,2 cm. Nº 9502.
- A26 · Id. Diâmetro: 8,4 cm. Nº9506.
- A27 · Id. Diâmetro: 9 cm. Nº 9510.
- A28 · Id. Diâmetro: 9 cm. Nº 14798.
- A29 · Id. Diâmetro: 9 cm. Nº 14799.
- A30 · Id. Diâmetro: 7,5 cm. Nº 22763.
- A31 · Id. Diâmetro: 8,4 cm. Nº 33420.
- A32 · Id. Diâmetro: 9 cm. Nº 33444.
- A33 · Tipo urceus. Origem: Bética (Guadalquivir). Diâmetro: 12 cm Nº 29912.
- A34 · Id. Diâmetro: 14 cm. Nº 8307.
- A35 · Id. Diâmetro: 15 cm. Nº 8308.
- A36 · Id. Diâmetro: 15 cm. Nº 13600.
- A37 · Id. Diâmetro: 15 cm. Nº 29910.
- A38 · Id. Diâmetro: 11 cm. Nº 25260.
- A39 · Id. Diâmetro: 15 cm. Nº 13614.
- A40 · Id. Diâmetro: 13 cm. Nº 26213.
- A41 · Id. Diâmetro: 11 cm. Nº 29956.
- A42 · Id. Diâmetro: 11 cm. S/Nº.
- A43 · Id. Diâmetro: 16 cm Nº 6481.
- A44 · Id. Diâmetro: 14,5 cm Nº 13636.
- A45 · Id. Diâmetro: 16,5 cm Nº 14744.

- A46 · Dressel 20 “precoces”. Origem: Bética (Guadalquivir). Diâmetro: 15,5 cm. Nº 13355.
A47 · Id. Diâmetro: 13,3 cm Nº 25150.
A48 · Id. Diâmetro: 15,7 cm Nº 25142.
A49 · Dressel 7-11. Origem: Mauritana. Diâmetro: 22 cm. Nº 29962.
A50 · Dressel 10 C. Origem: Bética (Guadalquivir). Diâmetro: 20 cm. Nº 13420.
A51 · Dressel 7 A. Origem: Bética (Guadalquivir). Diâmetro: 19,6 cm. Nº 13611.
A52 · Id. Diâmetro: 9 cm. Nº 16891.
A53 · Id. Diâmetro: 22 cm. Nº 13409.
A54 · Id. Diâmetro: 19 cm. Nº 2408.
A55 · Lusitana “precoce” (ovoide). Origem: Lusitana. Nº 17335.
A56 · Id. Nº 25236.
A7 · Id. Nº 30040.
A58 · Id. Nº 8217.
A59 · Id. Nº 21972.
A60 · Lusitana “precoce” (ovoide?). Origem: Lusitana. Diâmetro: 17 cm. Nº 13406.
A61 · Id. Diâmetro: 16 cm. Nº 16899.
A62 · Id. Diâmetro: 16 cm. Nº 8260.
A63 · Id. Diâmetro: 14,5 cm. Nº 29968.
A64 · Id. Diâmetro: 16 cm. Nº 29961.
A65 · Id. Diâmetro: 16 cm. Nº 599.
A66 · Id. Diâmetro: 17,5 cm. Nº 21949.
A67 · Lusitana “precoce” (Dressel 7). Origem: Lusitana. Diâmetro: 17 cm. Nº 5279.
A68 · Id. Diâmetro: 17 cm. Nº 29965.
A69 · Id. Diâmetro: 16 cm. Nº 25139.
A70 · Id. Diâmetro: 17 cm. Nº 25172.
A71 · Id. Diâmetro: 17 cm. Nº 29967.
A72 · Lusitana “precoce” (Haltern 70). Origem: Lusitana. Diâmetro: 17,5 cm. Nº 8262.
A73 · Id. Diâmetro: 16 cm. Nº 15548.
A74 · Id. Diâmetro: 15 cm. Nº 8259.
A75 · Id. Diâmetro: 15,5 cm. Nº 17818.
A76 · Id. Diâmetro: 18 cm. Nº 8274.
A77 · Lusitana “precoce”. Origem: Lusitana. Diâmetro: 8,1 cm. Nº 23843.
A78 · Id. Diâmetro: 9,2 cm. Nº 33418.
A79 · Id. Diâmetro: 9,2 cm. Nº 22713.
A80 · Id. Diâmetro: 10,6 cm. Nº 14807.
A81 · Id. Diâmetro: 10 cm. Nº 9493.
A82 · Id. Diâmetro: 9 cm. Nº 16419.
A83 · Id. Grafito: letra ou sigla (R). Nº 16105.
A84 · Id. Nº 13565.
A85 · Id. Nº 25247.
A86 · Id. Nº 8324.
A87 · Lusitana “precoce” (ovoide?). Origem: Lusitana (Peniche). Nº 29975.
A88 · Id. Nº 17853.
A89 · Id. Nº 13451.
A90 · Lusitana “precoce” (Dressel 7). Origem: Lusitana (Peniche). Diâmetro: 17 cm. Nº 1856.
A91 · Lusitana “precoce” (Haltern 70). Origem: Lusitana (Peniche). Diâmetro: 17 cm. Nº 13407.
A92 · Id. Diâmetro: 13,5 cm. Nº 13586.
A93 · Bilha Origem: Lusitana (Peniche). Diâmetro: 5,9 cm. Nº 9679.
A94 · Lusitana “precoce”. Origem: Lusitana (Peniche). Diâmetro: 9,2 cm. Nº 18121.

- A95 · Id. Diâmetro: 9 cm. Nº 22415.
- A96 · Id. Diâmetro: 9 cm. Nº 27280.
- A97 · Id. Diâmetro: 9,4 cm. Nº 9494.
- A98 · Id. Diâmetro: 8,8 cm. Nº 18123.
- A99 · Id. Diâmetro: 9,2 cm. Nº 20233.
- A100 · Id. Diâmetro: 8,4 cm. Nº 5488.
- A101 · Id. Diâmetro: 9,2 cm. Nº 22714.
- A102 · Id. Diâmetro: 8,2 cm. Nº 9492.
- A103 · Id. Diâmetro: 8,6 cm. Nº 9491.
- A104 · Id. Diâmetro: 8,6 cm. Nº 9495.
- A105 · Id. Diâmetro: 8,6 cm. Nº 18124.
- A106 · Lusitana “precoce”. Origem: Lusitana (Peniche). Grafito: letra ou sigla (R). Nº 16105.
- A107 · Id. Nº 1032.
- A108 · Id. Nº 3065.

MONTE CASTÊLO

- B1 · Dressel 1 A. Origem: Itálica (Campânia). Diâmetro: 14,5 cm. S/Nº.
- B2 · Dressel 2-4 Origem: Itálica (Campânia). Nº 27-03-313.
- B3 · Haltern 70. Origem: Bética (Guadalquivir). Diâmetro: 18,5 cm. S/Nº. (JNS Q a-1).
- B4 · Id. Diâmetro: 16 cm. S/Nº. (JNS Q a-2).
- B5 · Id. Diâmetro: 18 cm. S/Nº. (JNS Q a-3).
- B6 · Id. Diâmetro: 18 cm. S/Nº. (JNS Q a-2).
- B7 · Id Grafito: numeral (I). S/Nº.
- B8 · Id. Diâmetro: 5,6 cm. Nº4957. (Guif. 97 – L13).
- B9 · Tipo urceus. Origem: Bética (Guadalquivir). Diâmetro: 14,5 cm. S/Nº.
- B10 · Id. Nº 187.
- B11 · Dressel 20 Origem: Bética (Guadalquivir). Diâmetro: 16 cm. S/Nº (Guif. JNS).
- B12 · Id. Diâmetro: 15,4 cm. S/Nº. (Guif. / JNS Q a-3).
- B14 · Id. Diâmetro: 18 cm. S/Nº. (Guif. / JNS Q a-3).
- B15 · Indeterminado. Origem: Bética (Guadalquivir). Diâmetro: 13 cm. S/Nº (Guif. / JNS Q a-8).
- B16 · Maña C2b (Tipo -7.4.3.3.). Origem: Bética (Cádiz). Diâmetro: 22cm. S/Nº.
- B17 · Dressel 7C Origem: Bética (Guadalquivir). Diâmetro: 13 cm. S/Nº (Guif. JNS Q a-8).
- B18 · Id. Diâmetro: 13,5 cm. S/Nº.
- B19 · Dressel 7-11 (Dressel 8?). Origem: Bética (Cádiz) Diâmetro: 19,5 cm. Nº 194? (Guif. 93).
- B20 · Id. (Dressel 9?). Origem: Bética (Cádiz). Diâmetro: 19,5cm. Nº194? (Guif. 93).
- B21 · Id. (Dressel 7-11). S/Nº
- B22 · Lusitana “precoce” (Dressel 7?). Origem Lusitana. Diâmetro: 16 cm. S/Nº (Guif. 95 – A 2).
- B23 · Dressel 14. Origem: Lusitana. Diâmetro: 18cm. S/Nº.
- B24 · Id. Diâmetro: 15 cm. Nº 27-03-137
- B25 · Id. Diâmetro: 15 cm. S/Nº (Guif. / JNS Q a-1).
- B26 · Id. Diâmetro: 16 cm. S/Nº.
- B27 · Almagro 51 C. Origem. Lusitana. Diâmetro: 11,8 cm. S/Nº (JNS).
- B28 · Lusitano (opérculo Dressel 14?). Diâmetro 9,9 cm. Nº 2915 (Guif. 94)
- B29 · Regional II (= “Almagro 50/Keay XVI, var. C) Origem: Regional (afim à população de San Martiño de Bueu) Diâmetro: 19 cm. S/Nº
- B30 · Id Diâmetro: 19 cm. S/Nº.
- B31 · Id. S/Nº.

B32 · Id. S/Nº.

B33 · Id. S/Nº (K 12 (02)).

B34 · Módulo II. Origem: Local. Diâmetro: 9,8 cm. S/Nº.

B35 · Regional II (= "Almagro 50/Keay XVI, var. C) Origem: Regional (afim à população de San Martiño de Bueu) Diâmetro: 15 cm. Altura 86 cm. S/Nº (achado subaquático em frente a Matosinhos. Depositado no Museu de Santa Tecla (La Guardia – Pontevedra).

BIBLIOGRAFIA

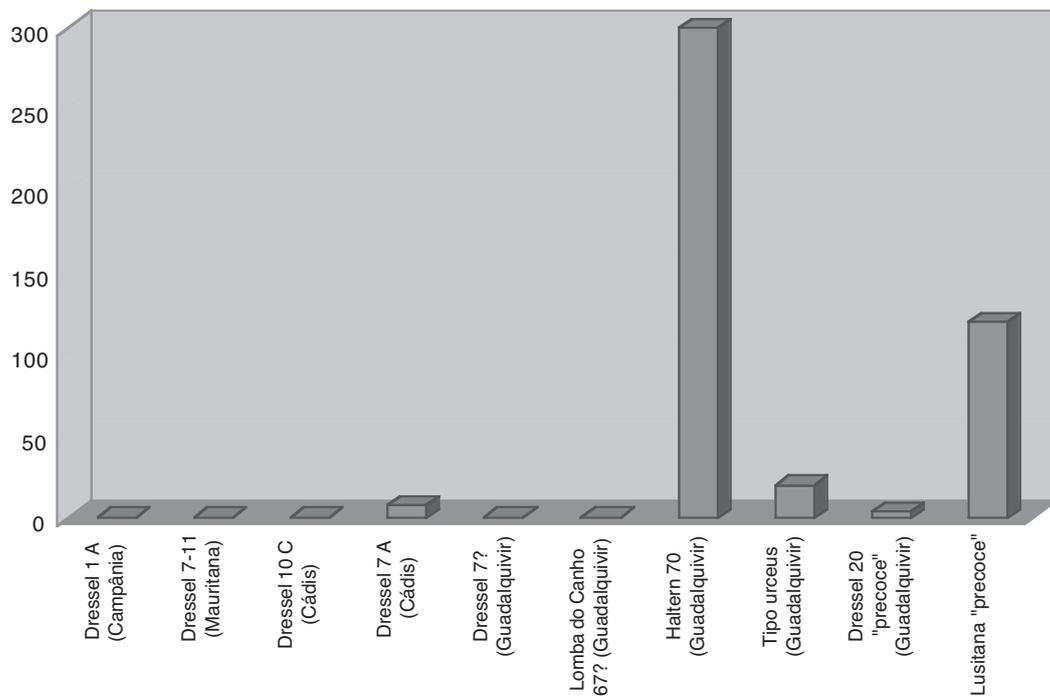
- AGUILERA MARTÍN, A. (2004), Epigrafia sobre àmfors Haltern 70 bêtiques. Los Tituli Picti. *Culpi VIII i les àmfors Haltern 70. Monografies del Casc. 5.* Girona, p. 57-69
- _____ (2004), El producte envasat. El contenido de las Haltern 70 según los Tituli Picti. *Culpi VIII i les àmfors Haltern 70. Monografies del Casc. 5.* Girona, p. 119-120
- BELTRÁN LLORIS, M. (2000), Anforas Béticas en la Tarraconense: Bases para una Síntesis. *Congreso Internacional EX BAETICA AMPHORAE... (Sevilla – Écija, 17 a 20 de Dezembro de 1998)*. Écija, II, p. 441-535
- _____ (2000b), Mulsum Bético. Nuevo Contenido de las Ánforas Haltern 70. *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular (UTAD, Vila Real, Setembro de 1999): Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica.* Porto, 6, p. 323-344, Lam. I-II
- BERNAL CASASOLA, D.; LORENZO MARTÍNEZ, L. (1998a), Informe de la Intervención Arqueológica de Urgencia en la Villa Romana del Puente Grande: Los Altos del Ringo Rango, Los Barrios, Cádiz. *Anuario de Arqueologia Andaluza*, Sevilla
- _____ (1998b), Los Altos del Ringo Rango (Los Barrios, Cádiz): Un Complejo Residencial e Industrial de Época Romana (ss. I-V d.C.). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueologia de la Universidade Autónoma de Madrid.* Madrid, 23, p. 191-211
- _____ (2000), Excavaciones en Alfares Romanos de la Bahía de Algeciras (La Venta del Carmen y el Ringo en Los Barros) y la Costa de Granada (Los Matagalhares, Solobreña): Nuevos Elementos para el Estudio de la Producción Anfórica Bética entre Augusto y el s. IV d.C.. *Congreso Internacional EX BAETICA AMPHORAE... (Sevilla-Écija, 17 a 20 de Dezembro de 1998)*. Écija, I, p. 1305-1326
- BERNI MILLET, P. (1997), Las Ánforas de Aceite de la Bética y su Presencia en Cataluña. Barcelona
- BLOT, M. L. P. (2003), Os portos na origem dos centros urbanos: contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 28
- CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (2005), Olaria Romana do Morraçal da Ajuda (Peniche – Portugal). In *Actas do Congresso “A Presença Romana na Região Oeste.* Câmara/Museu Municipal do Bombarral, p. 83-102
- CARRERAS MONFORT, C. (1999), Misceláneas: Las Otras Ánforas del Monte Testaccio. In BLÁZQUEZ, J. M^a; REMESAL, J. (eds.), *Estudios sobre el Monte Testaccio*. Barcelona, p. 91-98
- _____ (2000), Economía de la Britannia romana: La Importación de Alimentos. Barcelona: Universitat de Barcelona, *Collecció Instrumenta 1*
- _____ (2000b), Producción de Haltern 70 y Dressel 7-11 en las Inmediaciones del Lacus Lingustinus (Las Marismas, Bajo Guadalquivir). *Congreso Internacional EX BAETICA AMPHORAE... (Sevilla-Écija, 17-20 Dezembro 1998)*, Écija: Editorial Graficas Sol, I, p. 419-426
- _____ (2001), Grandes rutas comerciales del aceite bético: reflexiones en torno a la distribución de los sellos C. SEMPRONI POLYCLITI y III ENNIORVM IVLIORVM. In BLÁZQUEZ, J. M^a; REMESAL, J. (eds.), *Estudios sobre el Monte Testaccio*. II. Barcelona, p. 425-442
- _____ (2004), “El producte envasat. Estat de la qüestió sobre els contiguts de les Haltern 70”. *Culpi VIII i les àmfors Haltern 70. Monografies del Casc. 5.* Girona, p. 117-119
- CARVALHO, T. P.; GUIMARÃES, C.; BARROCA, M. J. (1996), *Bairro de Sé do Porto: contributo para a sua caracterização histórica.* Porto
- CHIC, G. (1980), Acerca de un ânfora com pepitas de uva encontrada en la punta de la Nao (Cádiz). *Boletín del Museo de Cádiz*, p. 37-42
- CLETO, J. (1995-96), A Indústria de Conserva de Peixe no Portugal Romano. O caso de Anjeiras (Lavra, Matosinhos). *Matesinus, Revista de Arqueologia, História e Património de Matosinhos*, 1/2, p. 23-45

- CLETO, J.: VARELA, J. M. (2000), O gabinete municipal de arqueologia e história de Matosinhos. *Almadan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, II série: 9, p. 141-144
- COOLL, D.; ÉTTIENE, R.; LEQUÉMENT, R.; LIOU, B.; MAYET, F (1977), L'épave Port-Vendres II et le commerce de bétique à l'époque de Claude. *Archeonautica* I
- DESBAT, A.; LEMAÎTRE, S. (2000), Les Premières Importations d'Amphores de Bétique à Lyon. *Congreso Internaional EX BAETICA AMPHORAE... (Sevilla-Écija, 17-20 Dezembro 1998)*. Écija: Editorial Graficas Sol, I, p. 793-815
- DÍAZ ALVAREZ, P. (1984), Inventario de Presencias Anfóricas en el Flanco Atlántico GalaicoLusitano. *Actas del II Coloquio Galaico-Minhoto. Santiago de Compostela*, II
- FABIÃO, C. (1989), Sobre as ânforas do acampamento de Lomba do Canho (Arganil). *UNIARQ / INIC. Cader-nos de Arqueologia*, 1, Lisboa
- _____ (1993-94), O Azeite da Baetica na Lusitania. *Conimbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, XXXII-XXXIII, p. 229-249
- _____ (1998), O vinho na Lusitânia: Reflexões em torno de um problema arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 1: 1, p. 169-198
- _____ (1998b), *O Mundo Indígena e a sua Romanização na Área Céltica do Território Hoje Português*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia, Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 2.3
- FELGUEIRAS, G. (1958), *Monografia de Matosinhos*. Lisboa
- FITZPATRICK, A. P. (1989), The Submission of the Orkney Islands to Claudius: New Evidence. *Scottshi Arch. Review*. 1: XIX, p. 53-72
- GARCÍA VARGAS, E. (1998), *La producción de Ânforas en la Bahía de Cádiz en Época Romana (siglos II a.C.)*. Écija
- _____ (2000), Ânforas Romanas Producidas en Hispalis: Primeiras Evidencias Arqueológicas. *Habis*. 31, p. 235-260
- GARCÍA VARGAS, E.; LAVADO FLORIDO, M. L. (1995), Ânforas Alto, Medio y Bajo Imperiales Producidas en el Alfar de Puente Melchor (= Villanueva, Passo a Nivel: Puerto Real, Cádiz)". *Spal*. 4, p. 215-228
- GUERRA, A. (1995), Plínio-o-velho e a Lusitânia. Lisboa: Edições Colibri, *Arqueologia & História Antiga*
- _____ (1996), Os nomes do Rio Lima. Um problema de toponímia e de geografia histórica. *Hispania prerromanica. Actas del VI Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica Salamanca*, p. 147-161
- JUAN TRESSERAS, J. (1998), El Cultivo de la vid y la Elaboración del Vino en la Península Ibérica en la Antigüedad: Aportaciones de los Análisis de Residuos. *Actas II Colloqui Internacional d'Arqueologia Romana. El vi a l'Antiguitat. Economia, producció i comerç al Mediterrani Occidental (Badalona 6 / 9 Maso de 1998)*: Monografies Badalonines. 14, p. 84-92
- JUAN-TRESSERAS, J.; CARLOS MATAMALA, J. (2004), Annex 2. Estudio de resinas y contenidos de ânforas Haltern 70 de Culip VIII. *Culip VIII i les àmfores Haltern 70. Monografies del Casc*. 5. Girona, p. 165-166
- LAGÓSTENA BARRIOS, L. (1996), *Alferería romana de la Bahía de Cádiz*. Cádiz, p. 72-77
- LIU, B. (2000), Las Ânforas Béticas en el Mar. *Congreso Internacional EX BAETICA AMPHORAE... (Sevilla-Écija, 17 a 20 de Dezembro de 1998)*. Écija, I, p. 1061-1110
- LIU, B.; DOMERGUE, C. (1990), Le Commerce de la Bétique au Ier siècle de notre ère. L'éave Sud-Lavezzi I (Bonifacio, Corse du Sud). *Archeonautica* 10, p. 11-123
- MANACORDA, D. (1977), Anfore. Ostia. IV, p. 117-254
- MAYET, F.; SCHMITT, A.; SILVA, C. T. (1996), *Les amphores du Sado, Portugal. Prospection des fours et analyse du material*. Paris: Diffusion de Bocard
- MORAIS, R. (2004), Problemáticas i noves prespectives sobre les àmfores ovoides tardo-republicanes. Les àmfores ovoides de producció Lusitana. *Culip VIII i les àmfores Haltern 70. Monografies del Casc*. 5. Girona, p. 36-40

- _____ (2004b), *Bracara Augusta*: um pequeno “testaccio” de ânforas Haltern 70. Considerações e problemáticas de estudo. In *Figlinae Barticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C – VII d.C)*. Vol. 2 B.A.R. International Series. Oxford. 1266, p. 545-565
- _____ (2005) Autarcia e comércio em Bacara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período alto imperial. *Bracara Augusta. Escavações Arqueológica*. II. Unidade de Arqueologia/NARQ. Braga
- _____ (2007), A via atlântica e o contributo Gádir nas campanhas romanas na fachada Noroeste da Península. *Humanistas*, 59, Coimbra, p. 99-132
- _____ (2007b), Ânforas tipo urceus de produção Bética e produções regionais e locais do NW Peninsular. In *Congresso Internacional Cetariae (Cádiz, 7-9 Novembro 2005)*. Oxford, p. 401-415
- MORAIS, R.; FABIÃO, C. (2007), Novas produções de fabrico lusitano: problemáticos e importância económica. In *Congresso Internacional Cetariae. Cádiz, 7-9 Novembro 2005*. Oxford, p. 127-133
- MORAIS, R.; CARREIRAS MONFORT, C. (2004), Geografia del consum de les Haltern 70. *Culip VIII i les àmfors Haltern 70. Monografies del Casc. 5*. Girona, p. 93-112
- NETO, J.; JOVER, A.; IZQUEIRDO, P.; PUIG, A.; ALAMINOS, A.; MARTIN, A.; PUJOL, M. (1989), *Excavacions arqueològiques subaquàtiques a Cala Culip*. Girona, I
- OSÓRIO, M. I. N. P.; SILVA, A. M. S. P. (1994), Intervenção arqueológica municipal no Porto: resultados, problemas e potencialidades. *Encontro de arqueologia urbana, sep. Bracara Augusta*. Braga, XLV / 94, p. 87-98
- PINTO, I. V.; MORAIS, R. (2007), Complemento de comércio das ânforas: cerâmica comum bética no território português. In *Congresso Internacional Cetariae. (Cádiz, 7-9 Novembro 2005)*. Oxford, p. 235-254
- Protocole Beuvray (1998), Protocole de Quantification des céramiques. In ARCELIN, P.; TUFFREAU-LIBRE, M., dir. – *La quantification des céramiques. Conditions et Protocole*. Glux-en Glenne: Centre archéologique Européen du Mont Beuvray. (Bibactre: 2), p. 141-157
- PUIG, A. (2004), Tipologia de les àmfors Haltern 70. *Monografies del Casc. 5*. Girona, p. 23-32
- REAL, M. L.; TÁVORA, M. J.; OSÓRIO, M. I. P.; TEIXEIRA, F. F. (1985-86), Escavações arqueológicas no Morro da Sé. *Sep. Boletim Cultural da Câmara do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2ª série: 3/4, p. 7-42
- ROVIRA, R.; MARIMON, P. (2004), Epigrafia sobre àmfors Haltern 70 bétiques. Els Grafits. *Culip VIII i les àmfors Haltern 70. Monografies del Casc. 5*. Girona, p. 70-72
- SILVA, A. C. F. (2000), Proto-história e romanização do Porto. *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, II série: 9 (Outubro), p. 94-103
- TRANOY, A. (1995), La rive nord du Douro à l'époque Romaine: contribution épigraphique à l'étude d'une zone frontière. *Gaya*. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia, 6, p. 125-136

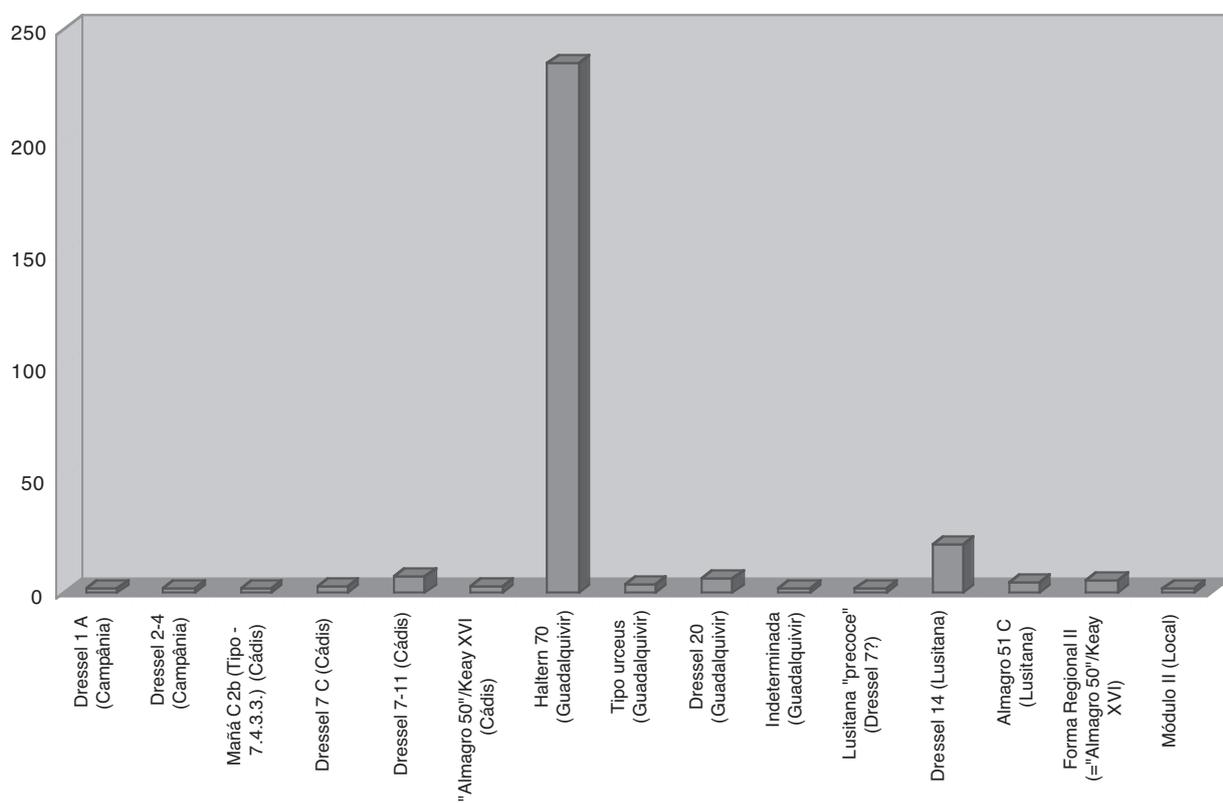
Quadro I

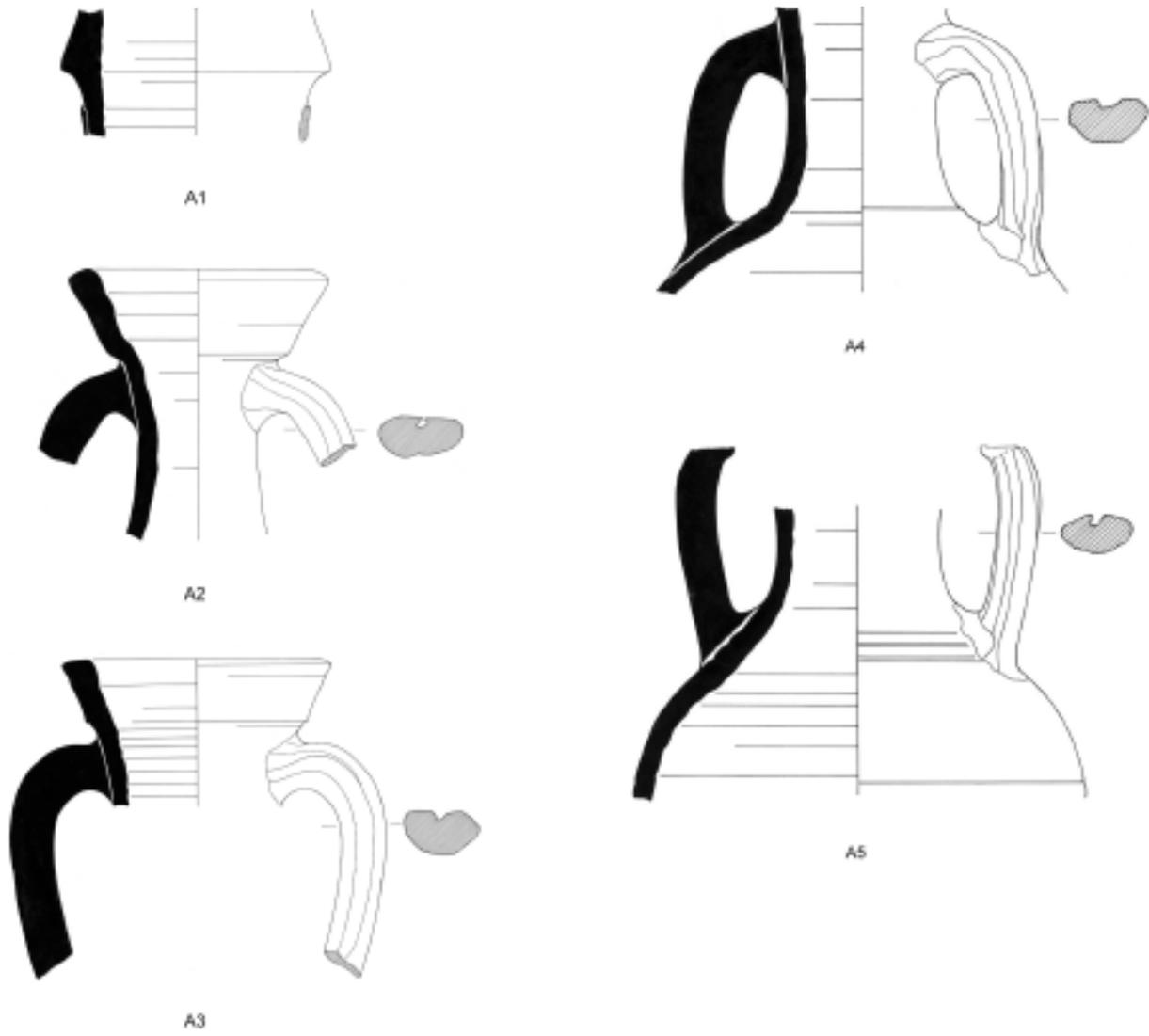
Tipo	N.º mín. de indivíduos	%
Dressel 1 A (Campânia)	1	0.2
Dressel 7-11 (Mauritana)	1	0.2
Dressel 10 C (Cádiz)	1	0.2
Dressel 7 A (Cádiz)	8	1.8
Dressel 7? (Guadalquivir)	1	0.2
Lomba do Canho 67? (Guadalquivir)	1	0.2
Haltern 70 (Guadalquivir)	300	65.6
Tipo urceus (Guadalquivir)	20	4.4
Dressel 20 "precoce" (Guadalquivir)	4	0.9
Lusitana "precoce"	120	26.3
Total	457	



Quadro II

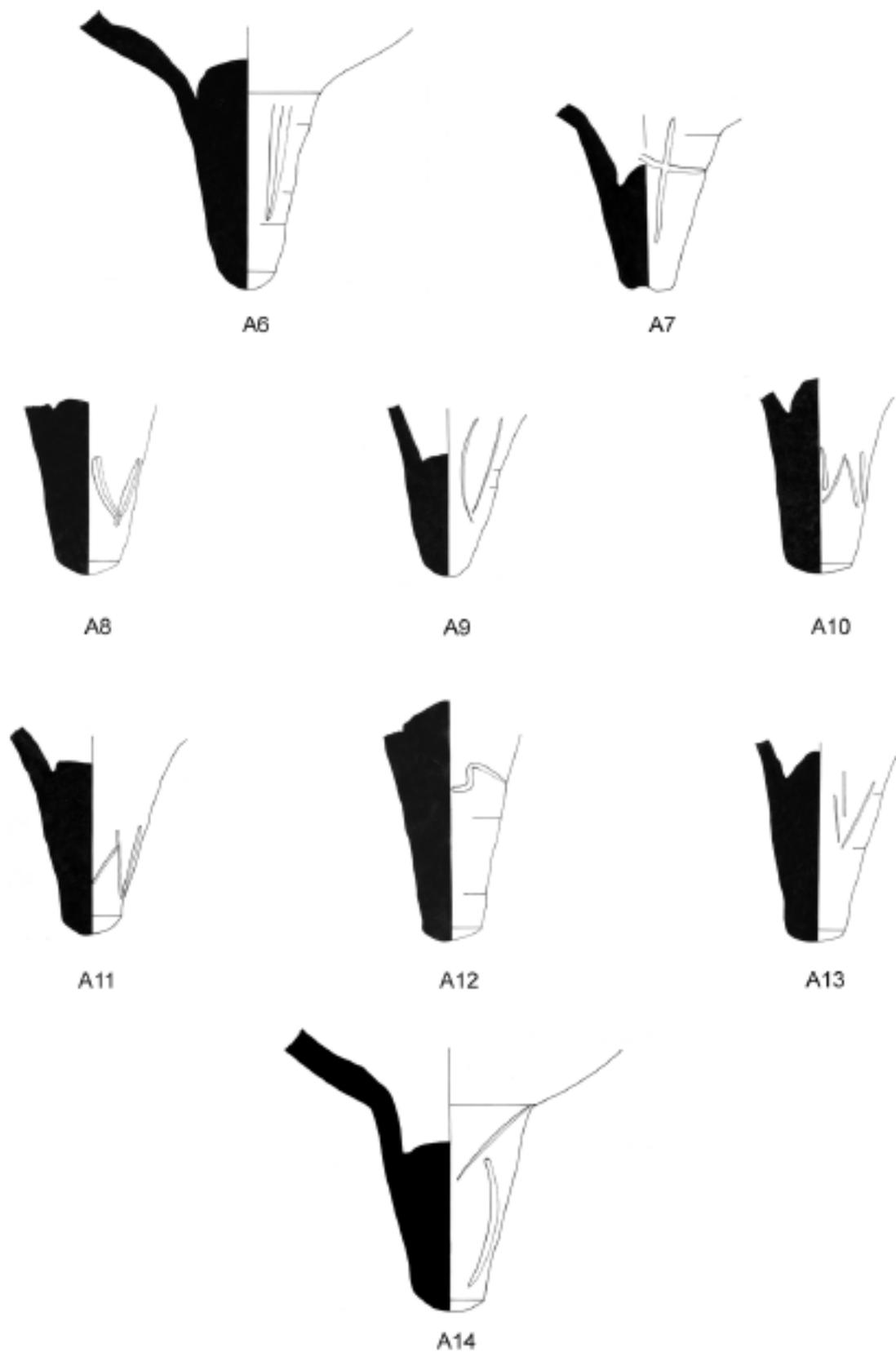
Tipo	N.º mín. de indivíduos	%
Dressel 1 A (Campânia)	1	0.3
Dressel 2-4 (Campânia)	1	0.3
Mañá C 2b (Tipo – 7.4.3.3.) (Cádiz)	1	0.3
Dressel 7 C (Cádiz)	2	0.7
Dressel 7-11 (Cádiz)	7	2.4
"Almagro 50"/Keay XVI (Cádiz)	2	0.7
Halterm 70 (Guadalquivir)	235	80.8
Tipo urceus (Guadalquivir)	3	1.0
Dressel 20 (Guadalquivir)	6	2.1
Indeterminada (Guadalquivir)	1	0.3
Lusitana "precoce" (Dressel 7?)	1	0.3
Dressel 14 (Lusitana)	21	7.2
Almagro 51 C (Lusitana)	4	1.4
Forma Regional II (= "Almagro 50"/Keay XVI)	5	1.7
Módulo II (Local)	1	0.3
Total	291	





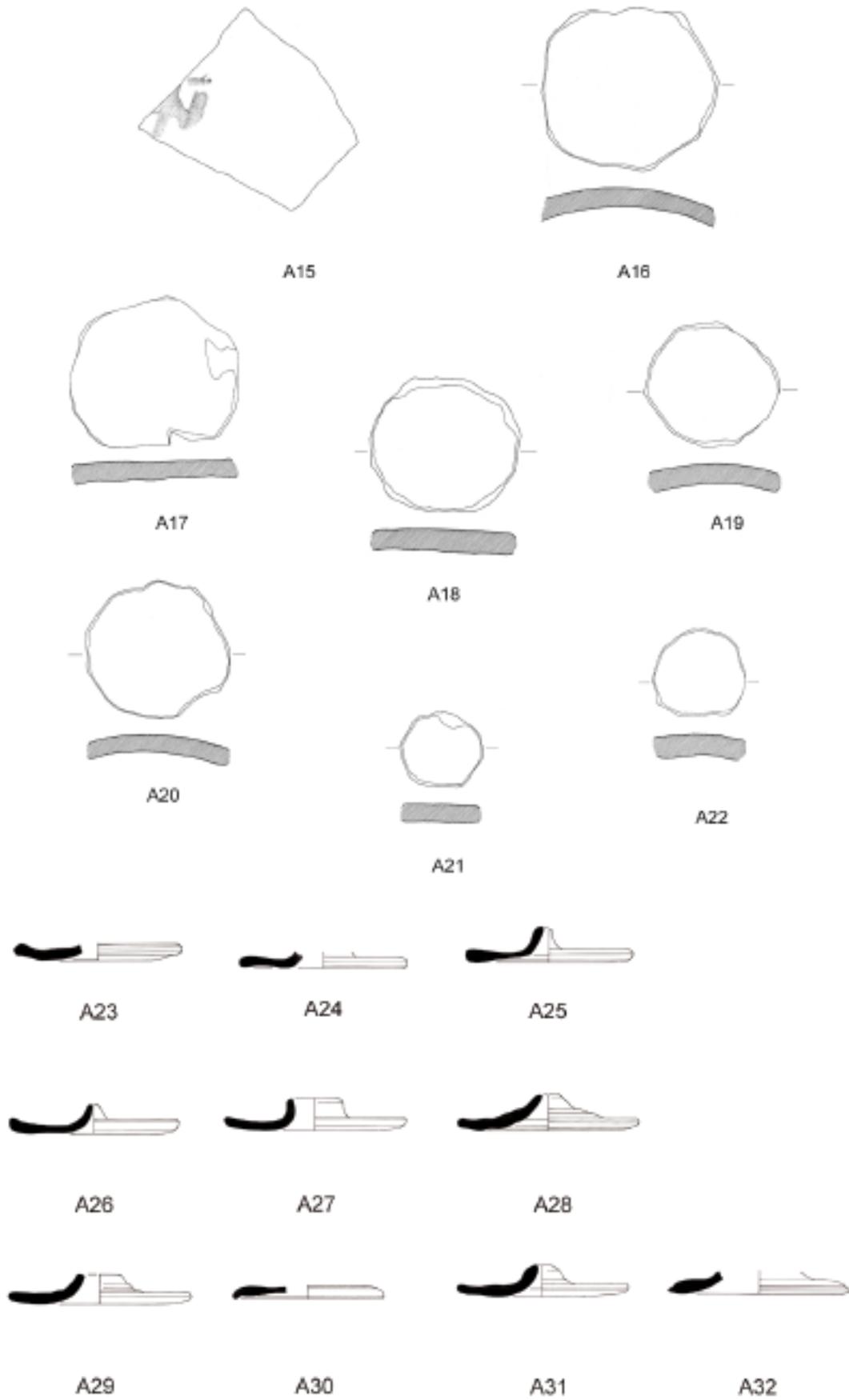
Esc. 1:3

Fig. 1



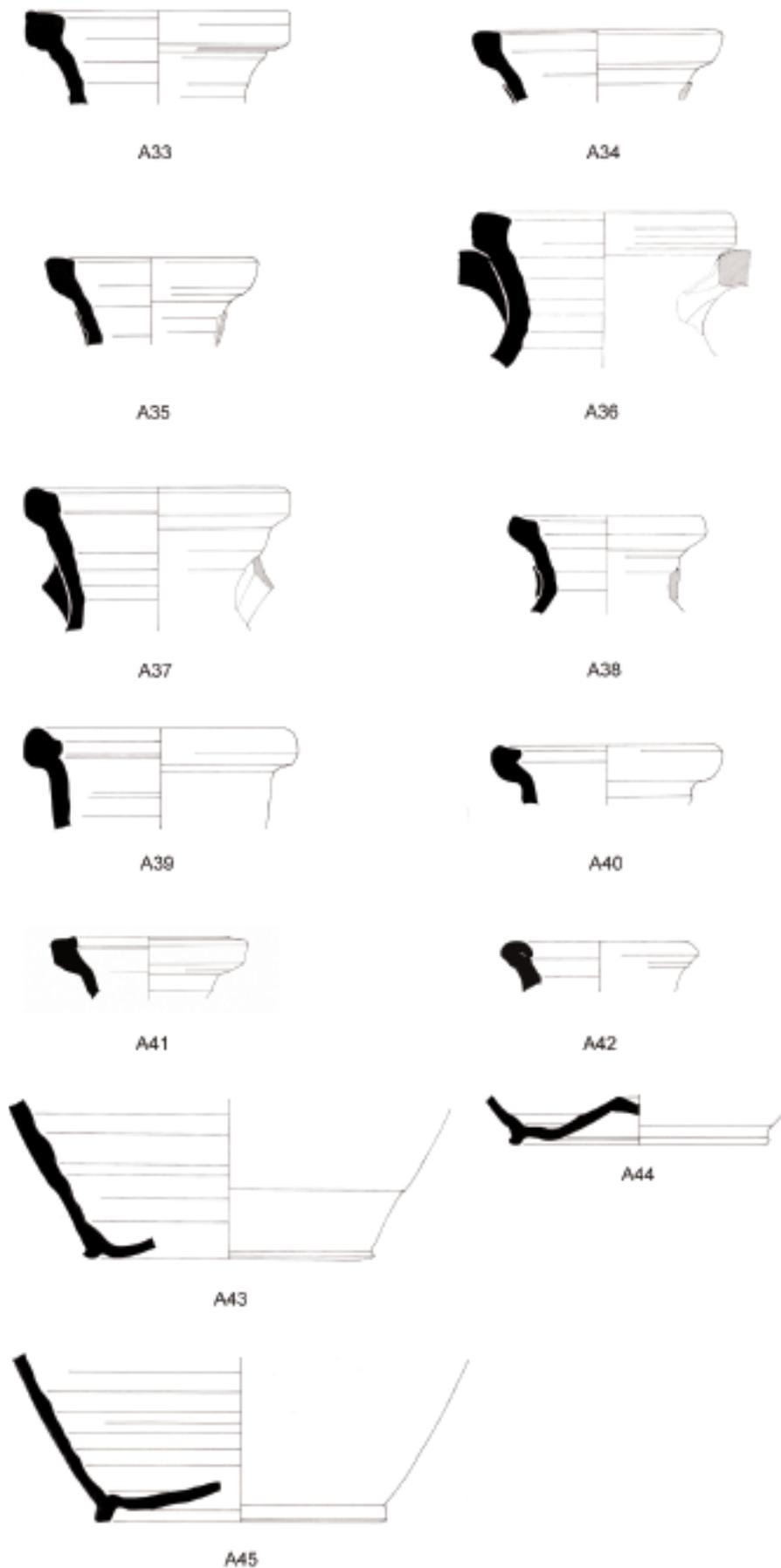
Esc.1:3

Fig. 2



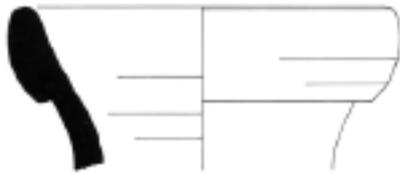
Esc. 1:3

Fig. 3

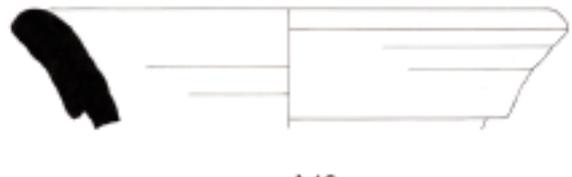


Esc. 1:3

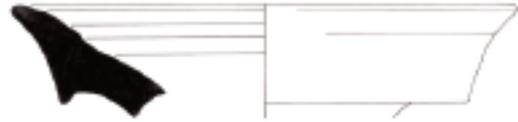
Fig. 4



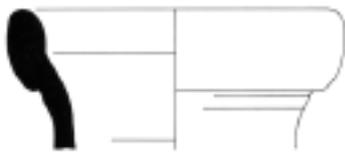
A46



A49



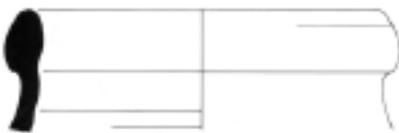
A50



A47



A51



A48



A52



A53



A54

Esc. 1:3

Fig. 5

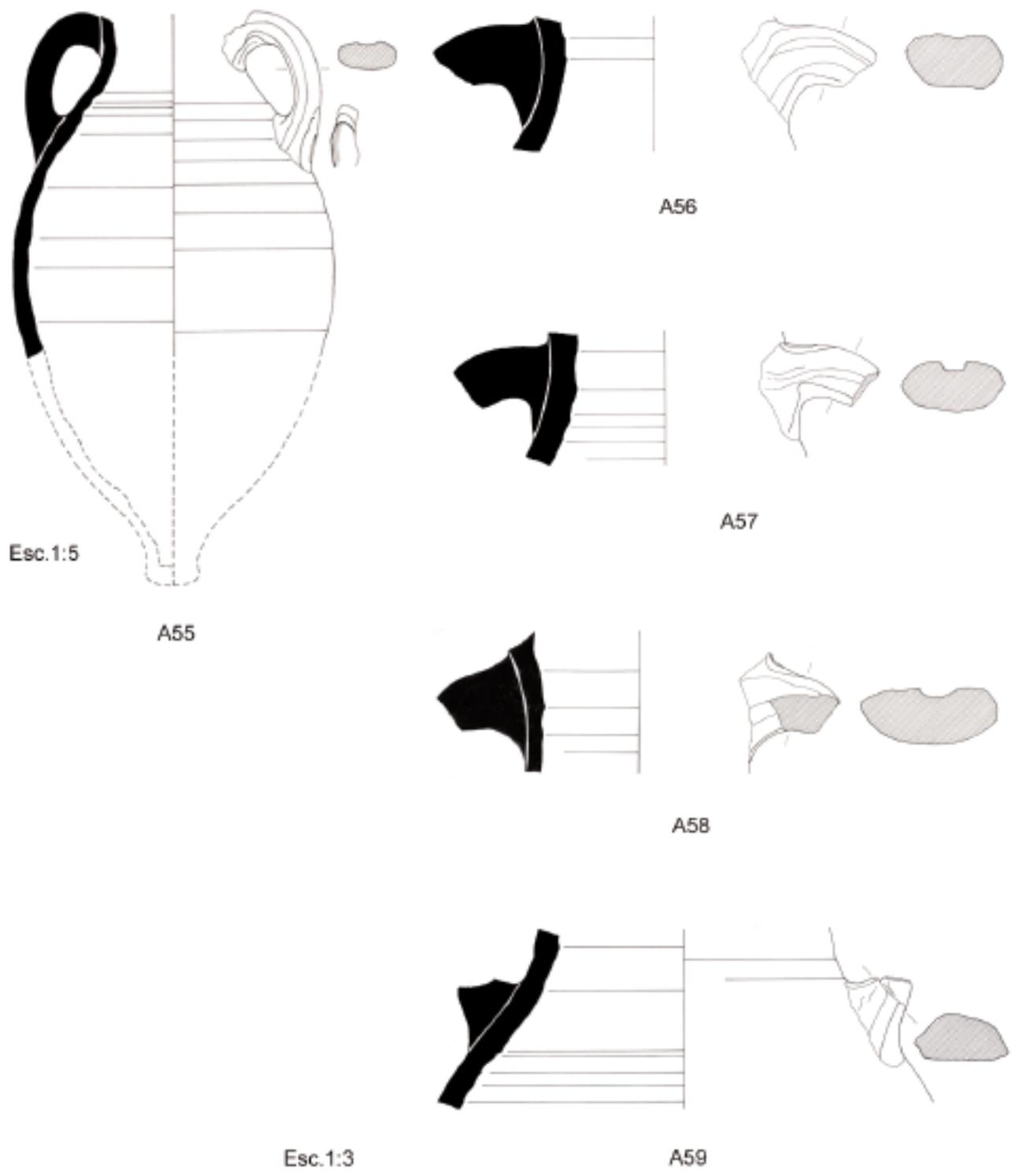
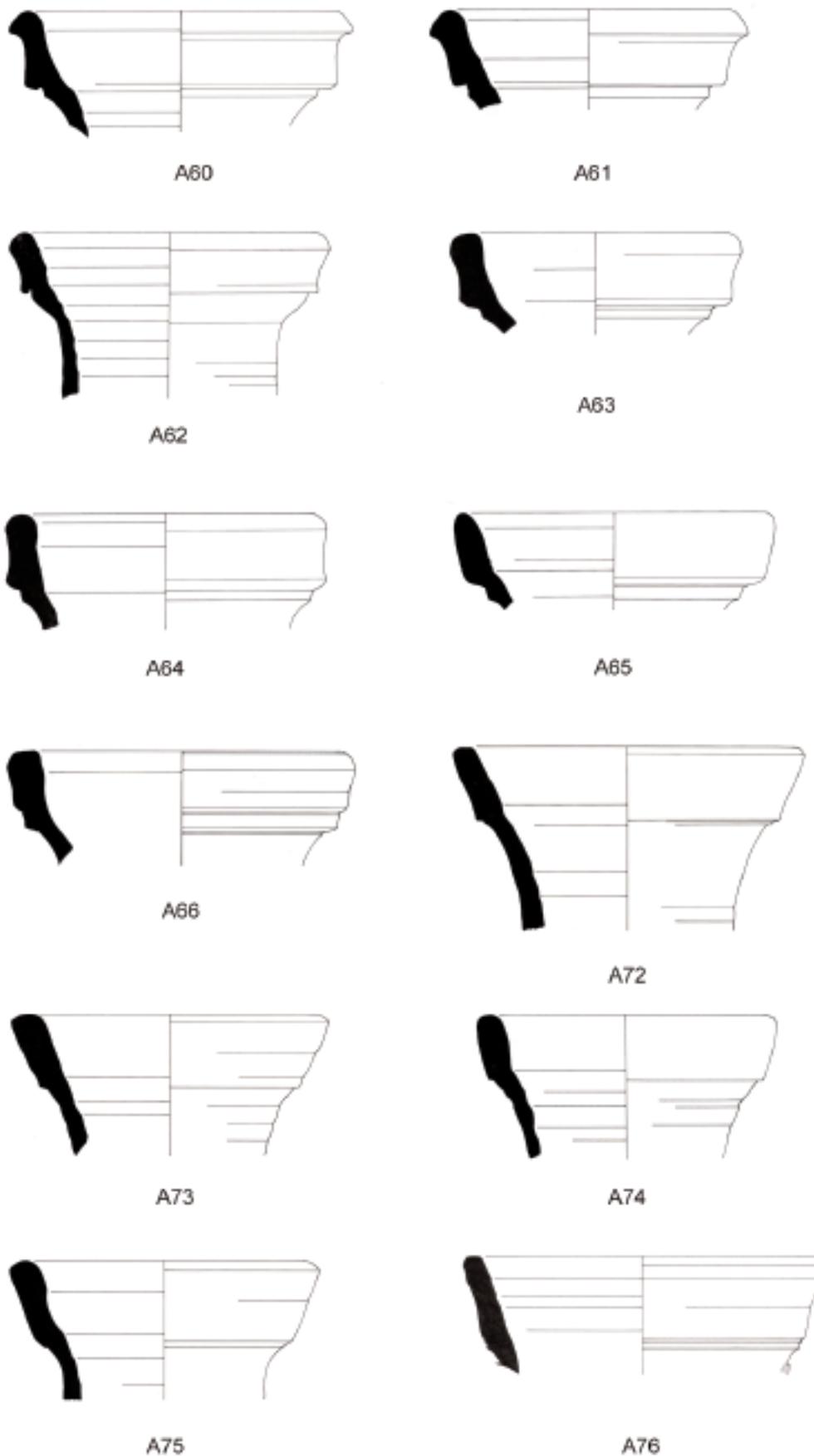


Fig. 6



Esc. 1:3

Fig. 7



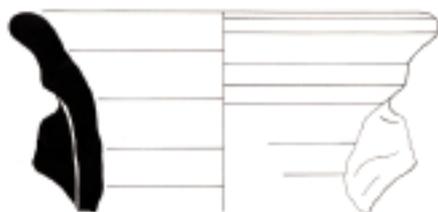
A87



A88



A89



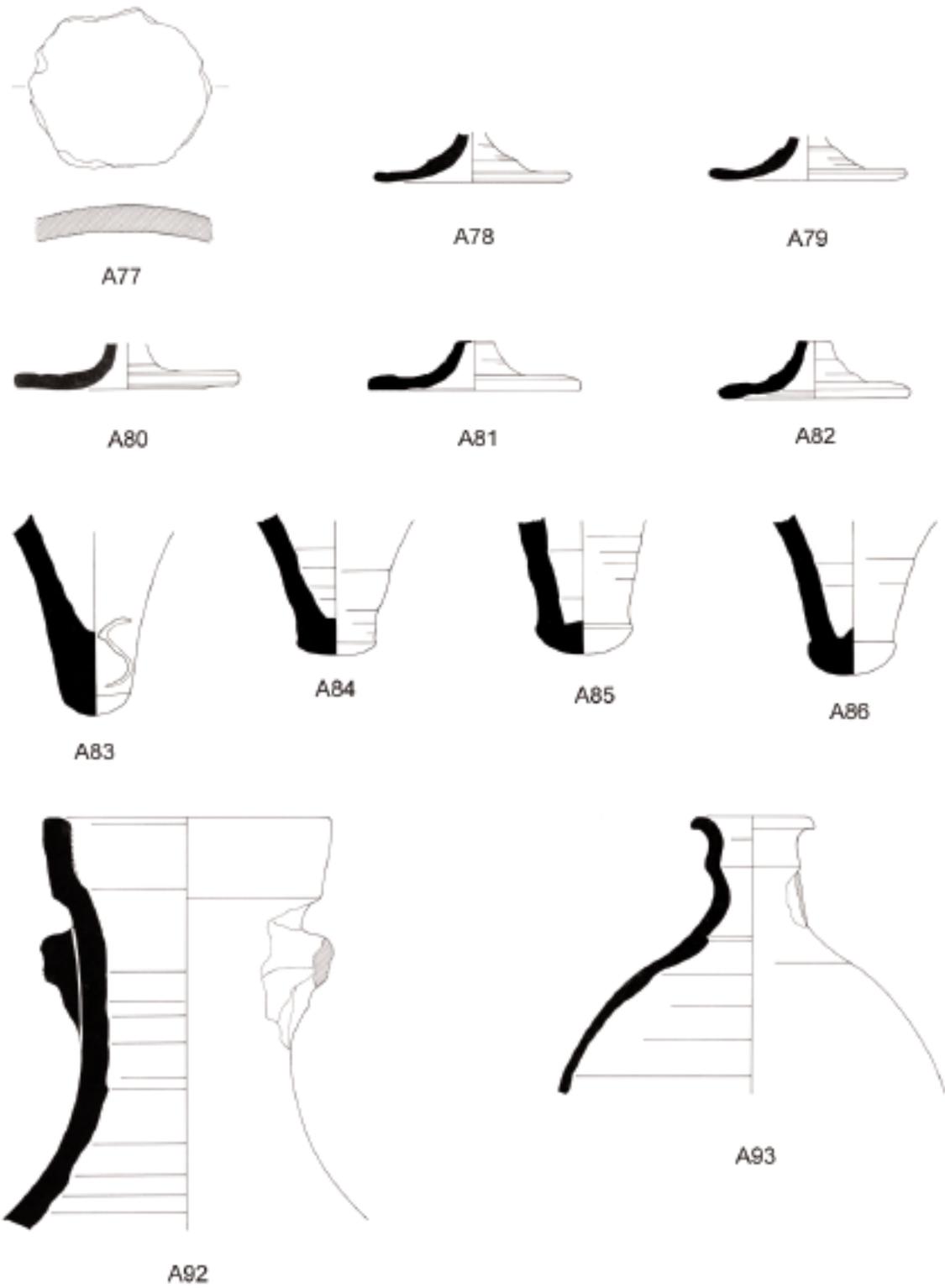
A90



A91

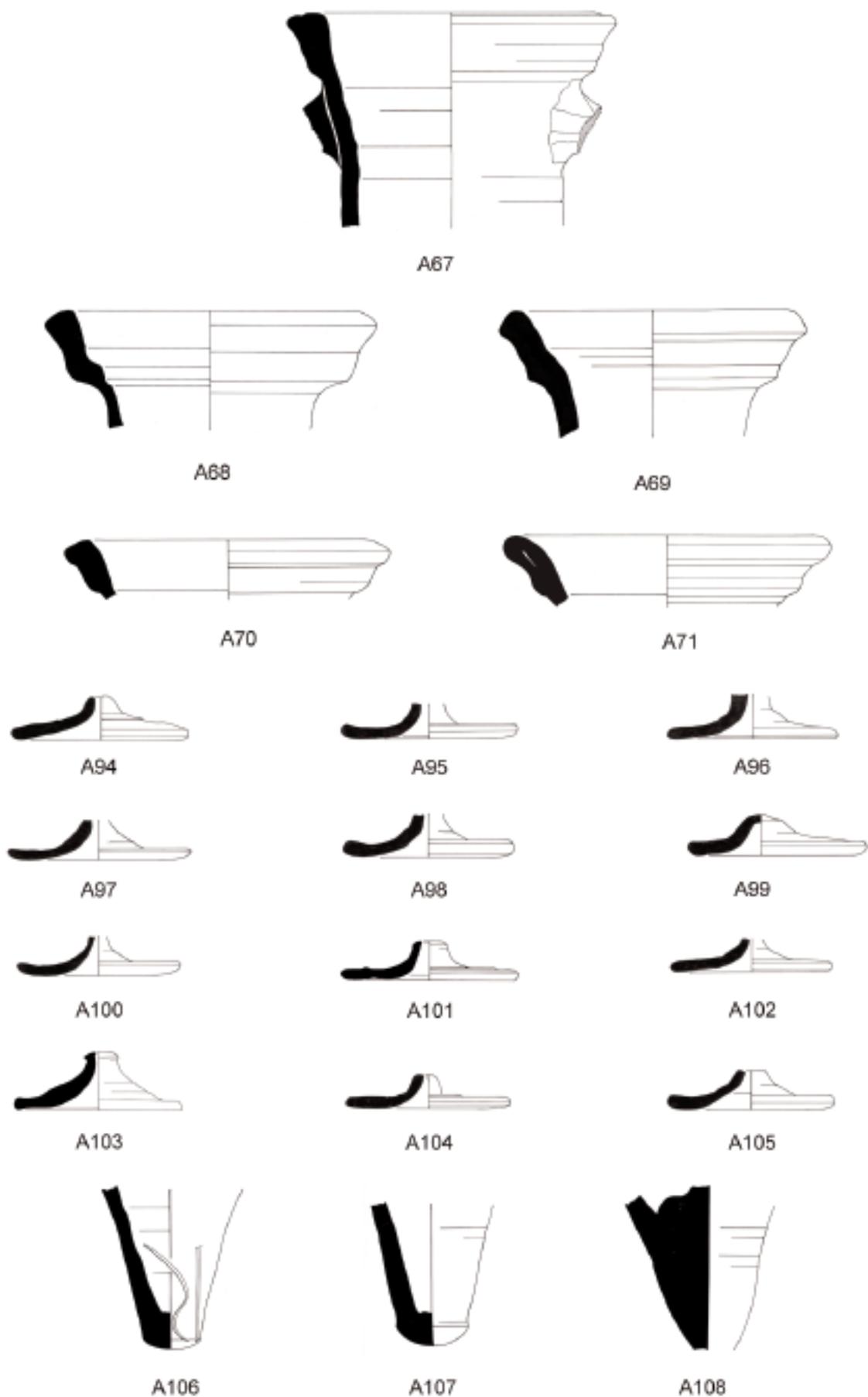
Esc. 1:3

Fig. 8



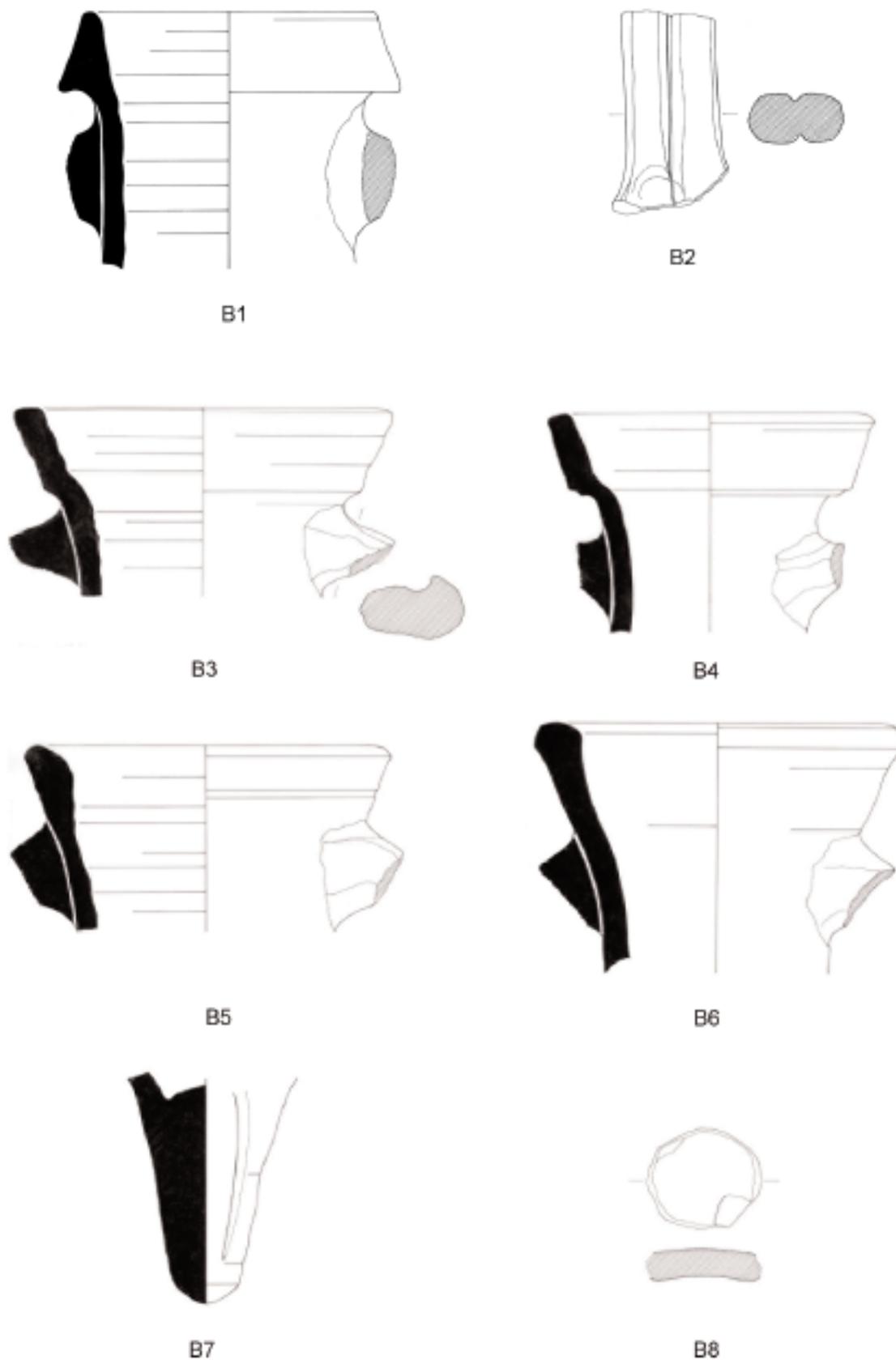
Esc. 1:3

Fig. 9



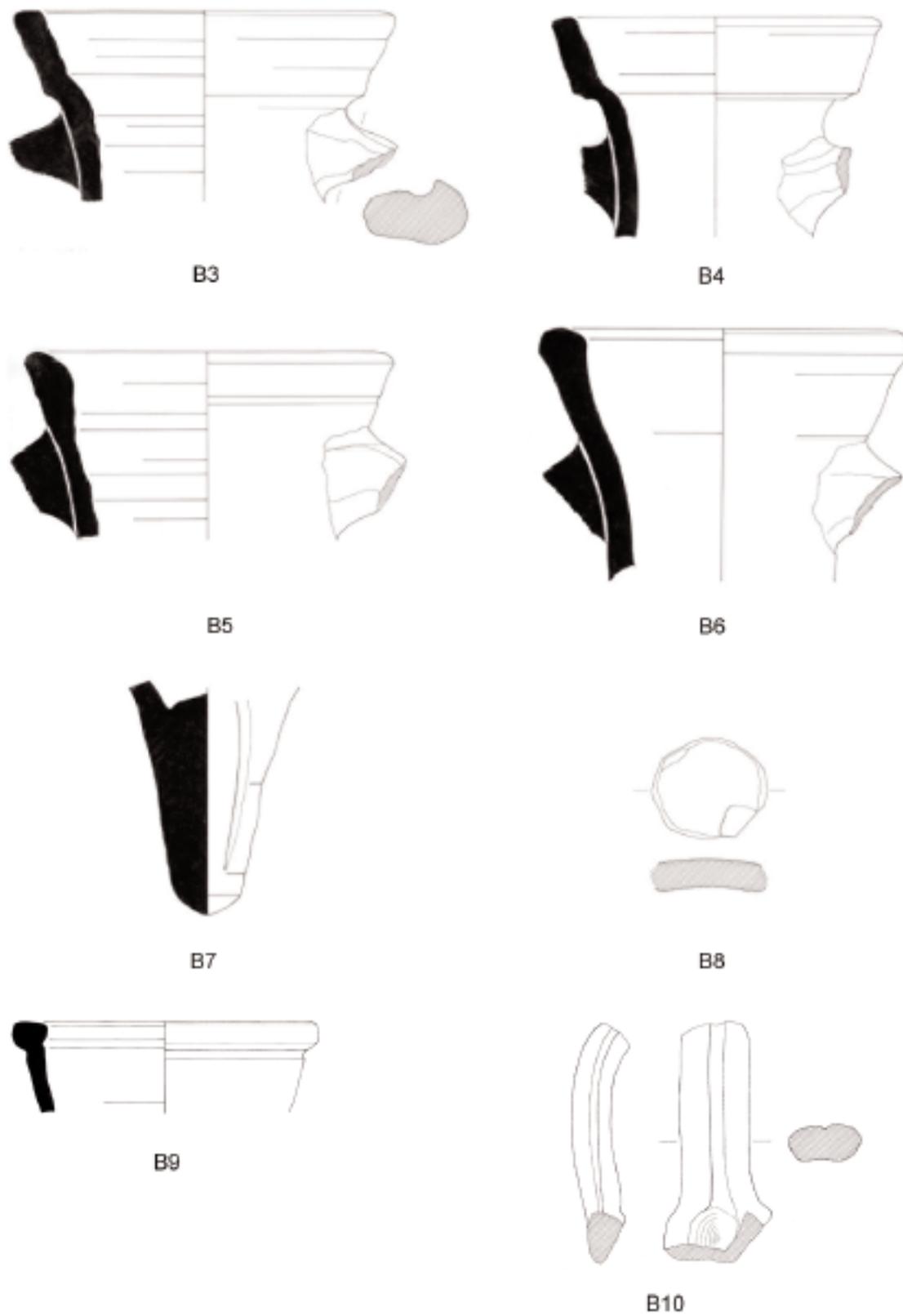
Esc. 1:3

Fig. 10



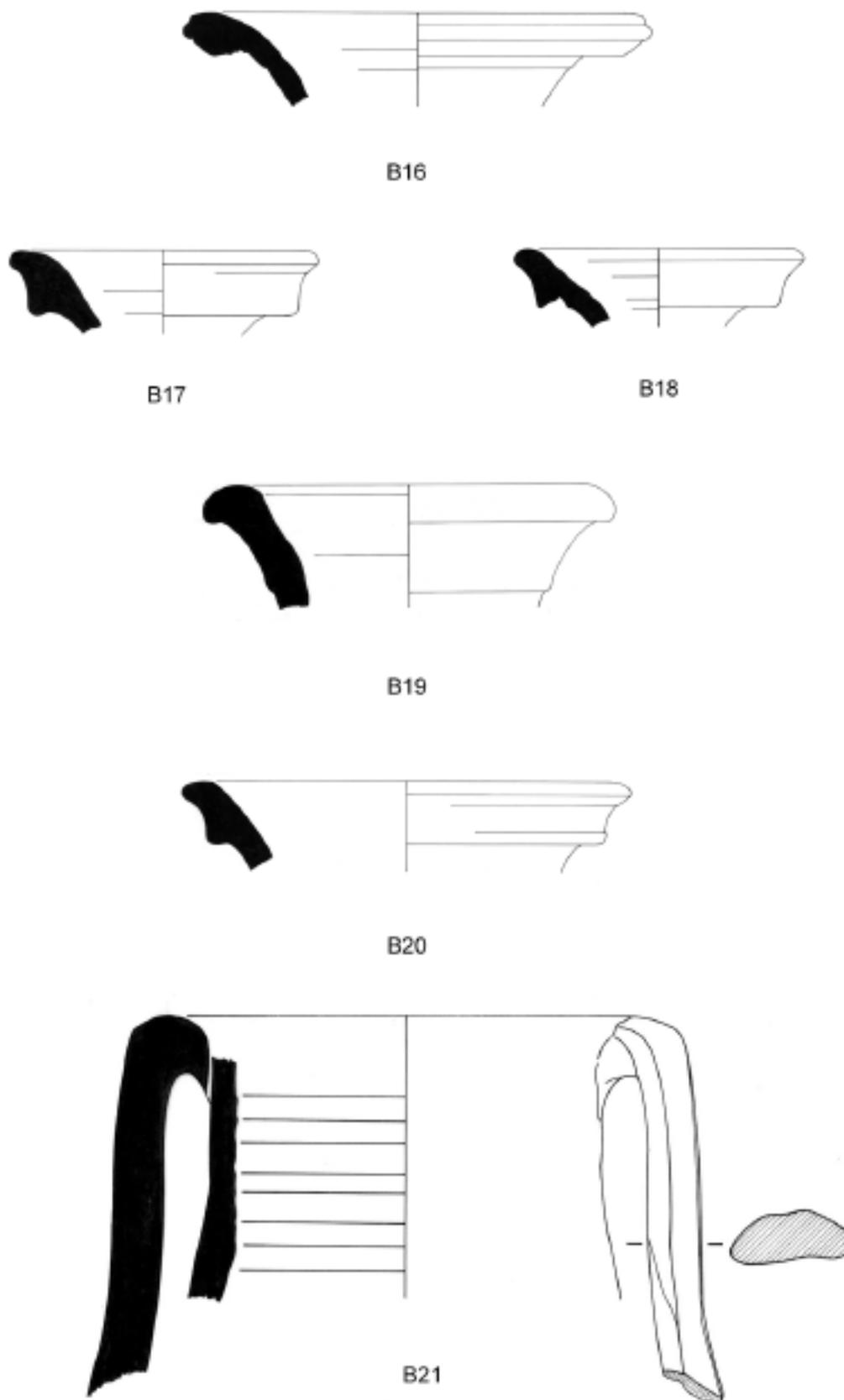
Esc. 1:3

Fig. 11



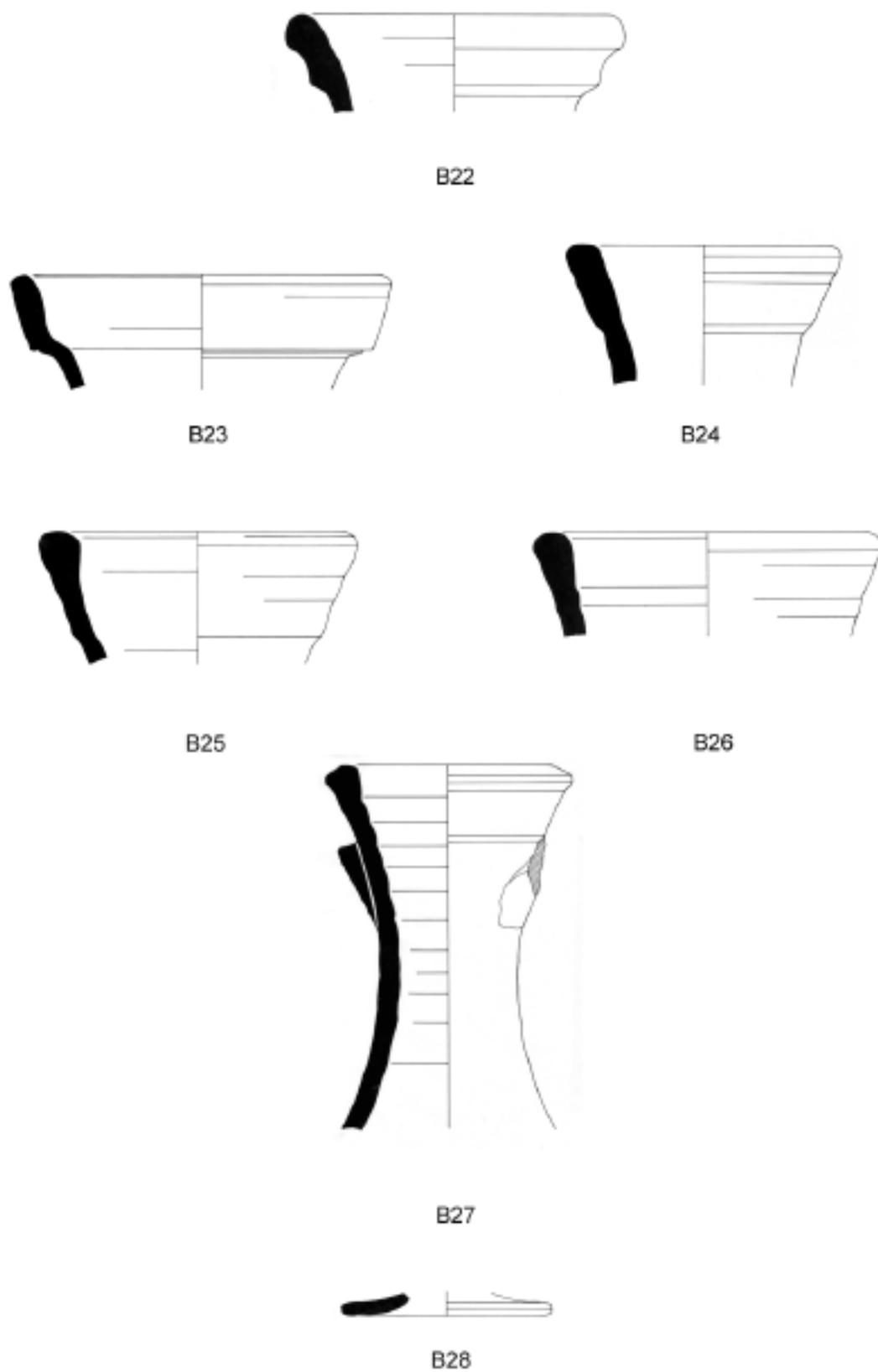
Esc. 1:3

Fig. 12



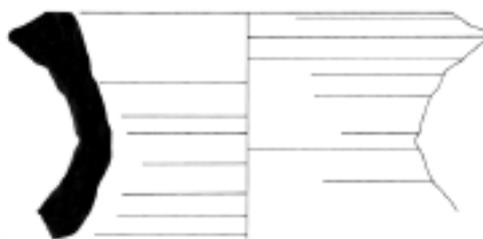
Esc. 1:3

Fig. 13



Esc.1:3

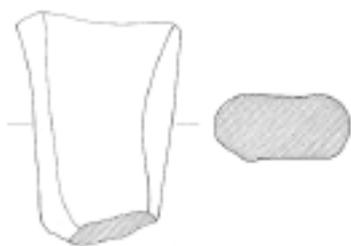
Fig. 14



B29



B30



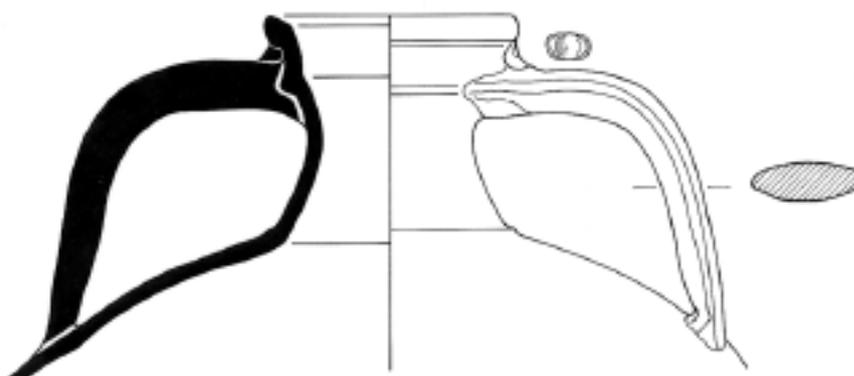
B31



B32



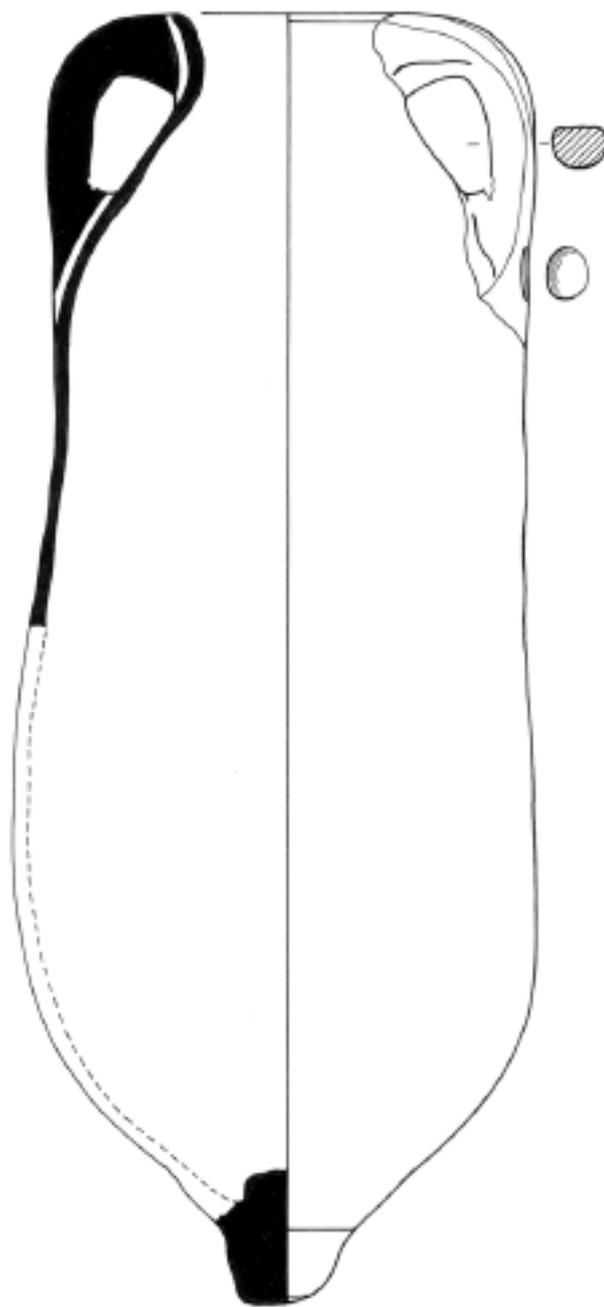
B33



B34

Esc. 1:3

Fig. 15



B35

Esc. 1:5

Fig. 16